



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO PEQUENO
AGRICULTOR FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ, MUNICÍPIO
DE MURITIBA. RECÔNCAVO DA BAHIA.**

ELIZABETE PEREIRA BARBOSA DOS SANTOS

CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
AGOSTO – 2004

**AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO PEQUENO
AGRICULTOR FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ, MUNICÍPIO
DE MURITIBA. RECÔNCAVO DA BAHIA.**

ELIZABETE PEREIRA BARBOSA DOS SANTOS

Licenciada em Pedagogia, UEFS, 1997

Especialista em Supervisão Escolar, UEFS, 1999

Dissertação submetida à Câmara de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Agrárias, Área de Concentração: Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Amilcar Baiardi

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
MESTRADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CRUZ DAS ALMAS - BAHIA – 2004

FICHA CATALOGRÁFICA

S 237 Santos, Elizabete Pereira Barbosa dos
As estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã. Município de Muritiba. Recôncavo da Bahia / Elizabete Pereira Barbosa dos Santos. - Cruz das Almas, BA, 2004.
87f. : il., tab., graf.

Dissertação (Mestrado) - Escola de Agronomia. Universidade Federal da Bahia, 2004.

1. Agricultura familiar - Recôncavo baiano. 2. Pequena produção. 3. Pequeno agricultor - pluriatividade. I. Universidade Federal da Bahia, Escola de Agronomia II. Título.

CDD 20. ed. 338.1

À minha mãe, Aláide Pereira Barbosa, pelo exemplo de vida. Pelo amor inabalável e a crença sempre firme. Muitas vezes abdicou dos seus próprios objetivos para que eu pudesse alcançar os meus. Por todo amor e carinho que me tem dedicado ao longo de nossas vidas.

À memória de meu pai, Raimundo Pereira Barbosa, com seu jeito particular, por um acreditar que nunca teve fim.

AGRADECIMENTOS

São tantos e tão especiais...

Agradeço a Deus pela oportunidade de concretizar esse trabalho tão almejado. À força divina inexplicável, que me fez forte quando tudo impelia a desacreditar e desistir.

Um agradecimento especial a Rogério Matos dos Santos, meu esposo, por toda paciência, compreensão e incentivo nos momentos exaustivos.

Ao meu filho, Felipe Pereira Barbosa dos Santos, que nasceu durante a construção da dissertação, sendo um motivo a mais para a realização deste trabalho. Ao tempo que lhe peço desculpas pela ausência nos momentos que deveriam ser de aleitamento e integração.

À minha família, especialmente, à minha mãe Alaíde, incansável co-sonhadora, sempre do meu lado compartilhando todas as dificuldades e incentivando, mesmo quando parecia que tudo estava perdido. Muito obrigado por tudo. A tia Ana Lúcia pela presença intensa em minha vida, sempre demonstrando preocupação e partilhando minhas alegrias e angústias. A, José Raimundo, meu irmão, pela companhia e disponibilidade durante a realização do trabalho de campo. E a Luciano, irmão de todas as horas, pela amizade.

Ao orientador Professor Dr. Amilcar Baiardi, a quem serei eternamente grata pela competência e serenidade demonstradas durante todo o trabalho. Agradeço a leitura atenta e detalhada, da versão final sugerindo modificações importantes.

À Prof^a Dr^a Alícia Ruiz Olalde e à Dr^a Maria das Graça Carneiro de Sena, membros da banca examinadora, pelas críticas e sugestões valiosas.

A Amanda Fraga da EBDA de Cruz das Almas, presença fundamental durante a aplicação dos questionários e realização das entrevistas no Distrito de São José do Itaporã.

A coordenação do curso em Ciências Agrárias e aos professores das disciplinas ministradas na área de concentração em Desenvolvimento Rural por possibilitarem a socialização de novas formas de ver o mundo rural. E igualmente, aos funcionários da AGRUFBA pela presteza e colaboração desde o início das atividades no Mestrado.

Aos agricultores familiares de São José do Itaporã que possibilitaram o desenvolvimento do trabalho na comunidade, doaram seu tempo, respondendo questionários e entrevistas. Não ousarei citar nomes, mas que sem a colaboração deles esta dissertação não existiria.

Durante a realização de um trabalho dessa natureza “se depende sempre de muita gente”. Agradecer individualmente é arriscar esquecer de pessoas que muitas vezes tiveram uma participação pequena, porém decisiva na concretização da dissertação, assim, agradeço a todos que de perto ou de longe, estiveram comigo neste caminhar. Pessoas e instituições que indiretamente participaram desta caminhada tão difícil e pedregosa.

SUMÁRIO

Página

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO 01

Capítulo 1

O PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO
ITAPORÃ, MUNICÍPIO DE MURITIBA. RECÔNCAVO DA BAHIA 21

Capítulo 2

A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DOS
PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ..... 46

CONSIDERAÇÕES FINAIS 74

ANEXOS 79

AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DO PEQUENO AGRICULTOR FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ, MUNICÍPIO DE MURITIBA. RECÔNCAVO DA BAHIA.

Autora: Elizabete Pereira Barbosa dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Amilcar Baiardi

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo identificar as estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar de Distrito São José do Itaporã, município de Muritiba, Recôncavo da Bahia. Trata-se de um estudo de caso e os dados utilizados neste estudo foram obtidos a partir de uma pesquisa empírica, realizada de julho a novembro de 2003. Esses dados foram coletados através de questionários e entrevistas e preocupou-se em desenvolver uma análise qualitativa e quantitativa, recorrendo à literatura especializada. Esse procedimento metodológico permitiu identificar o perfil do agricultor familiar local e as principais características do seu sistema de produção. Percebeu-se ainda que a maioria, dos pequenos agricultores familiares, vive em condições de grande carência de infra-estrutura, utilizando práticas agrícolas seculares e dispondo de uma pequena rentabilidade da agricultura. Esse quadro pode ser transformado desde que sejam efetuadas mudanças estruturais proporcionando o acesso à terra, ao crédito, a tecnologia, a melhoria do nível de instrução dos produtores e uma mudança de mentalidade despertando a autoconfiança de cada agricultor familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, estratégias de sobrevivência, recôncavo baiano.

SURVIVAL STRATEGY OF THE SMALL FARMER OF SÃO JOSÉ OF ITAPORÃ, MUNICIPAL OF MURITIBA. RECÔNCAVO OF BAHIA.

Author : Elizabete Pereira Barbosa dos Santos

Adviser: Prof. Dr. Amilcar Baiardi, UFBA

ABSTRACT: The present text aim to identify the survival strategy of the small farmers of the village of São José of Itaporã that is part of Muritiba city, Recôncavo of Bahia. It is methodologicolly a case study and the data used in this study were got from an empiric research, accomplished July between and November 2003. Those data were collected through forms and interviews in order to permit in a qualitative and quantitative analysis, with utilization of specialized literature. That methodological procedure allowed to identify the local family farmer's profile and the main characteristics of its production system. Was possible perceived thol the most, of the small family farmers, lives in poor conditions with lack, of infrastructure and using secular agricultural practices that results in low profis from agriculture. That situation can be changed with intervations which provide the access to the land, to the loans, to the technology and the improvement of the level of instruction of the forms promoting a mentality change that improve the family farmer's self-confidence.

Key words: Family farmer; survival strategy, Bahia's Recôncavo.

INTRODUÇÃO

A pequena produção familiar vem despertando o interesse dos estudiosos do meio rural brasileiro, pois tem contribuído significativamente para garantir a segurança alimentar. Mas, para que essa produtividade seja alcançada nas pequenas unidades é necessário que haja eficiência na alocação dos fatores de produção a exemplo do que sucede nos vários tipos de produção familiar que consegue produzir para o mercado.

Os pequenos produtores geralmente se dedicam a culturas alimentares, e utilizam mão-de-obra dos vários membros da família. Apesar de serem produtores de culturas alimentares visando principalmente o auto-consumo, em conjunto, influem efetivamente na oferta de alimentos, tanto para o campo, quanto para os centros urbanos. No entanto, sabe-se que a política de crédito e subsídios geralmente não está ao alcance desse agricultor.

Apesar de referência sobre sua importância, os pequenos agricultores familiares brasileiros têm como principal característica a pobreza ou baixo poder aquisitivo. De acordo com os dados do mapa da fome, elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 1993, cerca de 50% dos 32 milhões de brasileiros da população abaixo da linha da pobreza vivem no campo. Grande parte desta população rural empobrecida é composta de agricultores familiares excluídos. O contingente de mão-de-obra na agricultura brasileira beira os 5,5 milhões de agricultores e desse total, 4,5 milhões são agricultores familiares. (AGROANALYSIS, 2003, p.62).

Conforme o Censo Agropecuário do IBGE 1996 (apud INCRA/FAO 1996) existem no Brasil 4.139.369 estabelecimentos rurais familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares. Por outro lado, há apenas 554.501 estabelecimentos patronais, ocupando uma área de 240 milhões de hectares. Os agricultores familiares representam 85,5% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área e são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção

Agropecuária Nacional (VPB), apesar de receberem apenas 23,5% do financiamento destinado à agricultura (INCRA/FAO 1996).

Em relação à produção de alimentos propriamente dita, considerando os dados do Censo de 1985, é predominantemente familiar à produção de mandioca e milho nas regiões Norte, Nordeste e Sul e também de arroz no caso do Nordeste. Pelo critério da quantidade, a agricultura familiar é também predominante na produção de leite e aves no Sul, e aves no Norte e Nordeste. Considerando-se somente o valor da produção, é predominantemente familiar a produção de feijão no Norte e no Sul. Em suma, pode-se afirmar que nas regiões Norte, Nordeste e Sul a produção de base familiar de grãos básicos e aves tende a predominar, enquanto no Sudeste e Centro - Oeste a situação é mais favorável para a agricultura patronal.

Com base no Censo de 1995/96, os agricultores familiares produzem 24% do VPB da pecuária de corte, 54% da pecuária de leite, 58% dos suínos, 40% das aves e ovos, 33% do algodão, 72% da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho, 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana e 25% do café. Esses números traduzem a dimensão da importância desse grupo para a agricultura e para a economia brasileira.

Apresentando uma grande carência de infraestrutura, o distrito de São José de Itaporã, pertencente ao município de Muritiba, possui uma área plantada de aproximadamente 1000 ha, conforme a SEI (2002). Assim, os vários questionamentos sobre as condições socioeconômicas e o modo de vida do pequeno agricultor familiar da região do Recôncavo da Bahia, no distrito de São José do Itaporã, município de Muritiba, constituem a preocupação central desta pesquisa. Nesse sentido, é imprescindível verificar qual tem sido o modo de vida e as estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar nos limiares do contemporâneo. Estratégia de sobrevivência é entendida aqui como uma habilidade em dispor os meios de produção para alcançar a sobrevivência e reprodução.

Para identificar essas estratégias é preciso compreender quais os limites e possibilidades da agricultura familiar na localidade e discutir como as políticas públicas garantem as mudanças práticas no modo de vida do agricultor familiar. Essas são algumas indagações que nortearam as reflexões desta pesquisa.

Neste trabalho será considerada a situação do pequeno produtor de uma agricultura familiar desassistida no distrito de São José do Itaporã, que geralmente enfrenta dificuldades, e dentre elas, vale ressaltar a insuficiência de recursos, a falta de políticas públicas, financiamentos e meios de comercialização, bem como, a carência de conhecimento técnico. Essas dificuldades fazem com que esses produtores estejam muito mais ligados à produção de cereais, hortaliças, frutas e criação de pequenos animais para autoconsumo, possibilitando tanto a segurança alimentar quanto à consolidação do acesso a terra.

A denominação da pequena produção não se define apenas pelo critério tamanho, mas considerando aspectos da realidade como as relações sociais costumeiramente escondidas pelas formas econômicas.

Na comunidade em estudo, também se encontram associadas explorações agrícolas de fumo e de mandioca. A mão-de-obra familiar é utilizada no processo produtivo, porém, freqüentemente, os membros da família se vêem obrigados a vender sua força de trabalho em épocas de colheita ou preparo do solo para implantação de lavouras, como uma forma de complementar a renda familiar, assegurar a sobrevivência, lançando mão de múltiplos papéis. Mas esses mecanismos não são suficientes para alterar as relações de trabalho e produção e promover mudanças significativas nas condições de vida.

As complementações da renda familiar são obtidas através das transferências do Governo Federal como bolsa-escola, aposentadorias e pensões alimentícias, dentre outras, se tornam indispensáveis para a sobrevivência dos agricultores familiares de São José do Itaporã, tendo em vista o cenário de elevadas carências socioeconômicas em que estão inseridos.

As políticas de crédito que já foram implementadas na região, não foram suficientes para modificar o histórico quadro de desigualdade social e pobreza em que vive a população local. E ainda, alguns projetos e programas das políticas agrárias desenvolvidas pelo governo possuem um nível de exigências que, muitas vezes, impossibilitam a participação do pequeno agricultor familiar da região. Diante disso, o agricultor familiar que se encontra numa situação de maior carência e que deveria ser o principal beneficiado se torna marginalizado, aumentando ainda mais a exclusão e a desigualdade.

A presença do Estado via políticas compensatórias como bolsa escola, vale gás, entre outras, ainda que assistencialistas e paliativas, pelo menos, diminuem a carência alimentar. Daí pode-se dizer que não são desenvolvidas políticas que possibilitem a satisfação das necessidades humanas essenciais, ou seja, criando oportunidade de trabalho e acesso à renda para permitir às famílias mais pobres viverem de acordo com os padrões mínimos de consumo.

Percebe-se que a estagnação em que a região se encontra, ocorre devido a uma variedade de motivos, entre os quais a inadequada utilização da terra e outros fatores de produção, principalmente a ausência da utilização de tecnologia moderna. E tudo isso interfere tanto na qualidade dos produtos quanto na possibilidade competitiva expressa nos custos unitários de produção. Por isso, o cultivo de produtos que antes representavam o grande desenvolvimento da região, como a cana-de-açúcar, se encontra em estado de estagnação. Tudo isso é resultado da ausência de políticas de médio e longo prazo, de caráter contínuo, capazes de induzir novos investimentos para a modernização e conseqüentes aumentos da produção.

Assim, este estudo procurou conhecer como sobrevivem os pequenos produtores de São José do Itaporã, município de Muritiba, e que estratégias desenvolvem interna e externamente para garantir a sobrevivência. E mesmo sabendo que a mão-de-obra familiar é predominante na comunidade em estudo, a pergunta desta pesquisa situa-se também em torno da investigação sobre as relações de trabalho que se estabelecem neste processo produtivo, visto que o pequeno agricultor precisa lançar mão de concomitantes papéis para assegurar a sobrevivência.

Localizado no Recôncavo, região que ao longo dos anos, vem sendo alvo de preocupação de estudiosos devido ao seu alto potencial agrícola, o distrito de São José de Itaporã não traduz essa potencialidade. Na realidade, este distrito não tem sido alvo de investigações nem de preocupações e interesses por parte de pesquisadores.

Assim, a escolha do distrito de São José do Itaporã ocorreu em função das particularidades do local, bem como, porque é uma comunidade de fácil acesso com frágeis condições para o desenvolvimento das atividades produtivas, cujo potencial agrícola não é explorado adequadamente.

Esse estudo se justifica no sentido de identificar as estratégias de sobrevivência dos agricultores familiares e sinalizar para o poder político local, o quadro de carência em que vive a comunidade, para que, a partir daí, havendo vontade política, seja elaborado um programa de desenvolvimento que atenda às especificidades de São José do Itaporã, a fim de solucionar os problemas que afetam esse contingente populacional. Além de discutir os limites e as possibilidades da agricultura familiar para a localidade, o presente estudo possibilita a reflexão sistemática sobre as condições de produção e as relações de trabalho que se estabelecem no contexto da agricultura familiar em São José do Itaporã.

Pretende ainda, inspirar e contribuir para a elaboração de programas para o desenvolvimento rural sustentável de São José do Itaporã-município de Muritiba. Daí, o produto desta pesquisa poderá se constituir como um referencial para a elaboração de novas propostas para solucionar problemas locais e ampliar as políticas de desenvolvimento através de programas de créditos e financiamentos, bem como, assistência técnica que possibilite a otimização dos insumos.

O referencial empírico da pesquisa será apresentado em dois capítulos. O primeiro capítulo traça o perfil do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã e o segundo apresentando a pluriatividade como estratégia de sobrevivência desses agricultores. Em seguida, serão apresentadas as considerações finais acerca da pesquisa. Os dois capítulos discutem os pressupostos teóricos referenciando a agricultura familiar historicamente, à luz de estudos teóricos clássicos e de pesquisadores da atualidade que se preocupam com a problemática rural, da pequena produção e da agricultura familiar.

A seguir, procura-se apresentar uma análise da região do Recôncavo, através de seus aspectos geográficos, socioeconômicos e culturais destacando sua influência histórica para a constituição da fisionomia atual do Distrito de São José do Itaporã e conseqüentemente do perfil do pequeno agricultor familiar desta localidade.

Caracterização da Região do Recôncavo: Localização geográfica e ocupação da área

Com uma área de 10.840 Km² e totalizando 1,7 % da superfície da Bahia, o Recôncavo é uma região essencialmente costeira, uma espécie de retângulo na direção nordeste-sudeste. Situado entre os meridianos 37 e 39 a oeste de Greenwich e no limite dos paralelos 12 e 13 ao sul do Equador, limita-se a leste com o Atlântico, ao sul com os municípios de Antônio Cardoso, Santo Estevão e Castro Alves e, enfim, ao norte, com Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios. Ocupa boa parte da chamada planície litorânea, incluindo-se nele também o Planalto de Cruz das Almas e parte dos tabuleiros do Centro Norte. O Recôncavo está dividido em duas sub-regiões distintas, uma compreendendo a região metropolitana de Salvador e a outra que é a localidade em estudo também chamada de Recôncavo Sul. A região ocupa a faixa de terra que se localiza ao redor da baía de Todos os Santos e é formada por 33 municípios.

O relevo é pouco acidentado, com subidas para o baixo planalto de Cruz das Almas, de aproximadamente 200 metros. O Rio Paraguaçu representa o principal curso fluvial navegável. O clima e a vegetação dão unidade ao Recôncavo. Os ventos carregados de umidade penetram em toda a região, mas há neles numerosos microclimas, pois seu relevo é variado. Os ventos alísios, vindos do mar, depositam sua umidade em forma de chuva e conforme Mattoso (1992) os vales são verdadeiros corredores abertos às benéficas influências atlânticas. Mas é a predominância de um clima tropical quente e úmido que proporciona chuvas regulares durante todo o ano.

A colonização do território brasileiro teve o Recôncavo como um dos principais focos de irradiação. Conforme Rocha (1968) o povoamento do Recôncavo foi iniciado com a fundação da cidade de Salvador, por Tomé de Souza, em 1549. Em função da capital da colônia, as terras adjacentes foram ocupadas por plantadores de cana que logo se constituiu na principal atividade econômica da época. As excelentes condições da região favoreceram um desenvolvimento acelerado com rápido crescimento da população transformando-a numa próspera e importante área do Estado.

Daí, a formação da população do Recôncavo, no que se refere, às características raciais e sociais, está intimamente ligada a sua história desde o

período da colonização quando os índios, o branco português e o negro representaram as matrizes do processo de miscigenação que ofereceram também os referenciais de cor e raça desta população.

Como expõe Mattoso (1992), essa região foi povoada pelos índios Tupinambás que somavam ainda no período dos três governos gerais, quarenta e sete aldeias. Mas, como a resistência indígena era muito grande e com a legitimação do domínio português, aos poucos, esses índios foram sendo destruídos resultando inclusive no gradativo despovoamento do Recôncavo.

Muitos índios sobreviveram a esse processo de resistência à escravidão e à luta pelo domínio do seu território, mas não resistiram ao cruzamento com o colono português, dando origem assim ao que Mattoso (1992) expõe como o primeiro processo de miscigenação do Recôncavo da Bahia.

Mas a presença mais marcante da região foi a dos negros, pois desde a colonização até o século XIX, devido à escravidão africana, o Recôncavo continha a maior concentração de negros da Bahia. Segundo Azevedo (1968) essa demanda ocorreu por causa do crescimento da indústria do açúcar e das plantações de fumo, ambas usadas inclusive para sustentar o tráfico de escravos.

Considerando o IBGE (1980), com as informações da evolução demográfica do Censo, a Bahia em 1890 tinha uma população de 1.919.802 habitantes. E segundo Bastide (1980) 75,97% desta população era de negros, sendo que relativamente proporcional a estes números, se encontravam os números do Recôncavo funcionando como uma espécie de centro de irradiação negra do Estado.

E ainda conforme o IBGE (1980) com uma amostra da população, por cor, das décadas de 40 e 50 do século XX, apresenta para esta região uma população miscigenada, considerando inclusive maior tendência para a cor escura, o qual Azevedo (1968) chama de mulato escuro. Assim, cruzando essas informações com Bastide (1980) é possível afirmar que a herança de elementos da cultura africana, os deslocamentos da população e as interpenetrações sociais e culturais que ocorreram em todo o Nordeste propiciaram, principalmente ao Recôncavo, a formação de uma população resultante de uma intensa fusão de diferentes elementos étnicos.

A presença dos elementos africanos, europeus e ameríndios na formação desse povoamento deu origem a uma região densamente miscigenada. Mas, foi a

instalação das empresas de beneficiamento do fumo e fabricação e exportação de charutos que trouxe outros grupos de estrangeiros. De acordo com Rago (1997), cerca de 3,5 milhões de imigrantes, sendo 112 mil alemães, entraram no país entre os anos de 1880 e 1930. Muitos deles estabeleceram-se na região e constituíram famílias gerando uma integração entre grupos sociais diferentes.

Outro fator que colaborou muito para a formação social do Recôncavo foi a mobilidade dos grupos, tanto em direção aos centros urbanos quanto em âmbito regional. Castro (1941) afirma que um forte indício desta mutação é a transferência de pessoas, principalmente para a capital, bem como, a vinda de famílias pobres em busca de meios de vida nos serviços da indústria do fumo na região. Daí, esta região que se ergueu com a produção e manufatura do fumo é muito mais que um espaço geográfico, ou seja, ela é resultado de um processo histórico apresentando em sua totalidade uma diversidade em seus aspectos econômicos, sociais e culturais.

De acordo com o IBGE (2000) a população do Recôncavo soma hoje, cerca de 696.247 habitantes apresentando uma densidade demográfica de 64,23 hab/km ao tempo que o município de Muritiba tem uma população de 31.930, mas apresenta uma elevada densidade demográfica se comparado com o estado da Bahia e com o Recôncavo, conforme mostra a Tabela 1, a seguir:

TABELA 1. Características Demográficas do Recôncavo e do Município de Muritiba dentro do Estado da Bahia.

Área Geográfica	População Estimada 2002	Área Km ²	Densidade Demográfica Hab/Km ² 2002
Estado da Bahia	13.323.212	567.295	23,49
Recôncavo	696.247	10.840	64,23
Muritiba	31.930	53	287,66

Fonte: Adaptada da SEI 2002 e IBGE 2000.

Caracterização socioeconômica: Origens, evolução da economia e importância da região.

O Recôncavo foi cenário do desenvolvimento de atividades econômicas muito significativas durante vários séculos permitindo a acumulação de riquezas. Conforme Brandão (1997), essa acumulação teve como base tanto uma estrutura

de recursos naturais favoráveis à produção de matérias primas de exportação quanto a disponibilidade de mão-de-obra a baixos custos.

A atividade e a mentalidade mercantil e todo um sistema de valores a ela relacionada sempre representaram um dos principais atributos que historicamente fez parte da psicologia social do seu povo.

Portanto, a região tem representado a justaposição de áreas mais ou menos estanques, cada qual possuindo um tipo de economia diferente. Essa diversidade local é fruto de um processo em lento desenvolvimento. Esse processo sedimentou uma sociedade regional bem definida, assentada numa economia extremamente variada nos tipos e níveis de atividades. É uma sociedade cujo corpo é um sistema de estratificação social complexo. Daí, conforme Costa Pinto (1959) é possível fazer a distinção de diversas subáreas como: a zona da pesca e do saveiro; a zona do açúcar; a zona do fumo; a zona da agricultura de subsistência; a do petróleo e a zona urbana de Salvador.

Diante disso, o presente trabalho focaliza no Recôncavo a zona fumageira, que se encontra mais recuada em relação ao litoral, constituindo parte do chamado Recôncavo Sul. Segundo CEI (1940), esta zona estendia-se de Maragogipe a Santo Antônio de Jesus, no qual está localizado o município de Muritiba, mais precisamente o distrito de São José do Itaporã. É um município onde a cultura do fumo vem sendo complementada com o cultivo de feijão, mandioca, milho, hortaliças e frutas, associadas ao criatório de pequenos animais.

Um solo de massapé, encontrado ao norte da região, possibilitou o desenvolvimento, desde a colônia, da agroindústria da cana-de-açúcar, constituindo-se uma das riquezas do Recôncavo. A cana-de-açúcar encontrou no solo massapé da região, conhecido por sua alta fertilidade natural, condições ótimas para se desenvolver e foi o produto no mercado exterior, que deu sustentação a uma aristocracia rural, durante mais de um século. O cultivo do açúcar na região era predominante.

Assim, a base econômica do Recôncavo foi apoiada, ao longo dos anos, na produção açucareira. E cruzando essa informação com CAR (1999), foi do cultivo da cana-de-açúcar que se formaram as primeiras riquezas locais. Prédios portentosos foram erguidos, sobrados, igrejas, fortes, engenhos e senzalas, muitos conservados e protegidos pela ação dos órgãos próprios dos governos Estadual e Federal, marcando um período em que os olhos do Brasil e da coroa

se concentravam sobre a região. Estes dados traduzem, em parte, o grau de importância social e econômica que a região do Recôncavo representa historicamente para a Bahia.

A história do açúcar, que vem do século XVI, fez-se desde cedo numa sucessão de prosperidade e depressão, isso por razões de origem externa mesclada por fatores gerados internamente e, como aduz Brandão (1997), as primeiras dificuldades começam na primeira metade do século XVII, com a invasão holandesa na Bahia e com as conseqüências da própria expulsão dos holandeses de Pernambuco, levando-os a instalar nas Antilhas um centro de concorrência externa à produção brasileira.

É possível ressaltar que entre 1770 e 1830, o Recôncavo consegue sua revitalização econômica através do ciclo do açúcar. E, de acordo com Aguiar, (1960) isso ocorreu devido à expansão do mercado interno e em conseqüência das guerras napoleônicas, com sua repercussão negativa sobre a produção das Antilhas.

O fumo foi outra das culturas coloniais do Recôncavo praticada desde cedo para fornecer tabaco, que era trocado por escravos ou para venda na Europa. Foi a partir da segunda metade do século XVII que a cultura do fumo passou a ser a lavoura predominante no Recôncavo. Os solos onde são plantados, de composição sílico-argiloso e rico em humos, apresentam uma composição natural adequada à lavoura. Naquela época, de acordo com Lapa (1973) as propriedades naturais do solo associadas à fertilização com o esterco de gado, prática muito freqüente em toda a região, determinavam a excelente qualidade dos fumos do Recôncavo.

Assim, a população vivia em torno do fumo, ou seja, do seu cultivo ou do seu comércio. Sempre ocupada na lavoura ou engajada em uma série de ocupações ligadas ao transporte, secagem, armazenamento, beneficiamento e comércio do fumo. Parte desse cenário ainda existe até hoje. E esse trabalho, na maioria das vezes, baseado na mão-de-obra familiar, ao contrário do que acontecia nas décadas de 50 e 60 do século XX, quando a prática da agricultura de subsistência era baseada na ajuda mútua com vizinhos e amigos.

Daí, por um lado a persistência de tipos arcaicos de relações encontradas na estrutura agrária do Brasil e por outro atividades industriais, nitidamente capitalistas em que predominam relações de trabalho puramente contratuais.

Essa é apenas uma demonstração da diversidade estrutural da vida econômica e social do Recôncavo. Como expõe Costa Pinto (1959) enquanto as fábricas de charutos possuem tecnologia moderna e organização empresarial e o trabalho é pago com salários por hora ou por tarefas, nas lavouras do fumo o trabalho é feito de forma tradicional e atrasada.

Mas a partir da segunda metade do século XIX, principalmente entre a abolição da escravatura e 1950, o Recôncavo perdeu progressivamente sua antiga importância econômica e política e terminou por quase se isolar dos processos que desde então marcaram a vida nacional.

Nesse sentido, dois outros fatores concorrentes para a perda da posição regional foram a exploração dos poços de petróleo, no período de 1950 a 1980, com sua ilusória explosão de prosperidade e rápido declínio, bem como, a implantação do sistema rodoviário do Estado, com o traçado das principais vias tronco privilegiando outras áreas próximas a capital na função articuladora com o pólo dinâmico do Sudeste do Brasil, substituindo com vantagens a modalidade fluvial marítima e sua articulação com a ferrovia no trecho Salvador, Nazaré e Jequié. Portanto, os processos econômicos mais dinâmicos nesses anos passaram por fora do complexo do açúcar.

O advento da Petrobrás, apesar de sua estrutura gigantesca e de seu papel catalisador na ampliação e geração de intensas transformações no sistema viário, conforme Azevedo (1960), no mercado de trabalho, criou um mundo novo relativamente fechado, que se mostraria incapaz de revitalizar a região no seu conjunto.

Em seu conjunto, a influência da Petrobrás fez-se de forma desigual na região. A exploração do petróleo afetou profundamente a antiga área da cana. Como expõe Brandão (1997), é fácil imaginar os impactos da exploração do petróleo na velha região de origem colonial, território de produção açucareira e fumageira tradicional e da mais extensa rede urbana colonial brasileira.

Portanto, Brandão (1997) enfatiza que economicamente a Petrobrás, o Complexo Petroquímico de Camaçari e o Centro Industrial de Aratu tiveram muito mais impactos nos circuitos financeiros e de consumo centralizados em Salvador. Diante disso, fica evidente que essa industrialização voltada para a entrada de capitais de origem extra regional, e não num processo progressivo de acumulação

interno à região, viria a marginalizar a economia do Recôncavo e a cobrar elevados custos para sua rede urbana e à capital.

As relações de trabalho e mão-de-obra

A mão-de-obra utilizada no Recôncavo, historicamente foi estruturada sobre a força do trabalho escravo cujas atitudes, aspirações, defeitos, limitações e qualificações reproduzem o inevitável perfil de uma estrutura econômica tradicional. E considerando as afirmações de Pinho (1944) sempre apresentaram resistências aos planos de modernização e políticas de desenvolvimento. Assim:

“(...) As principais exigências feitas ao trabalhador eram força física e obediência: ser homem disposto e fiel sempre foram, de acordo com o padrão tradicional, as principais expectativas que tinham em relação ao trabalhador os que empregavam o seu braço, reciprocamente, a falta desses atributos desejados era considerada a maior inconveniência”.
(Costa Pinto, 1959).

Nesse sentido, o que importava era o desempenho diante do trabalho braçal e a ausência dessa força era considerada como preguiça ou malandragem. Além disso, a obediência vista como um valor essencial justifica o estado de submissão predominante até hoje no meio rural do Recôncavo.

E ainda, como o sistema econômico da época era baseado em relações pessoais e não contratuais, utilizando mecanismos atrasados de produção e nenhuma tecnologia, é possível que as principais características que se almejassem de um trabalhador fosse as qualidades físicas e morais e não suas qualidades como elemento de produção.

Todo resquício do padrão tradicional continua presente na forma de produzir do Recôncavo. É possível afirmar que o binômio rural-urbano e as diferenciações entre organização agrária e organização industrial são processos ainda embrionários. A ausência da qualificação técnica e especialização não ultrapassa, ou melhor, às vezes não alcança o nível artesanal. Então, para Costa Pinto (1959):

“O estado larvário da técnica, o primarismo das operações de trabalho, a mínima intelectualização exigida pela execução das tarefas, a extrema simplicidade da divisão do trabalho e o pequeno grau de especialização de função configuram tradicionalmente um paradigma de uma economia e de sociedade pré-industrial”.

Esse modelo de economia se encontra fortemente marcado pelo espírito e interesse comercial que se confunde com os próprios fundamentos da conquista, ocupação e colonização.

Assim, se em suas origens o Recôncavo teve o negro escravo para fazer produzir, após a “abolição” da escravatura, conforme Pinho (1944) é o “tabaréu” do Recôncavo o incumbido de criar e produzir algo. Com o estado atrasado dos níveis técnicos das operações de trabalho a intelectualização não aparecia como valor positivo para ampliar a produção. Daí pode-se dizer que esse valor só passa a ganhar força na região nos setores agroindustriais.

Uma prova disso é que nas usinas açucareiras, como afirma Mattoso (1974) a mão-de-obra dos operários mais velhos sempre foi bem requisitada principalmente pela passividade e fidelidade. Mesmo sabendo que esses operários antigos apresentavam muitas vezes um desempenho rotineiro e menos eficiente. Isso ocorria porque os usineiros da época tinham exatamente as características do trabalhador industrial de novo tipo, que aos poucos ia surgindo na região. Eles apresentavam maior eficiência e produtividade, mas, em compensação, demonstravam alguma consciência de classe, mais espírito associativo e até sindical buscando, muitas vezes, o desenvolvimento de uma proposta reivindicativa sempre baseado na legislação trabalhista, tendo em vista, menos servilismo, obediência e fidelidade pessoal.

Recentemente, houve uma pequena transformação nas relações de trabalho. Isso devido ao lento e natural desaparecimento dos operários antigos, por morte e aposentadoria, e também por causa do surgimento de mudanças na estrutura das empresas e na mentalidade patronal. Este fato reflete ainda, de acordo com Vilhena (1969), uma implicação fundamental de um lento processo de mudança social que se manifesta em todos os setores da estrutura econômica e social de região.

Por tudo isso, mesmo admitindo que os critérios de eficiência e qualificação estão vencendo a obediência e a fidelidade pessoal ao patrão, é fácil compreender o porquê da presença muito forte da secular relação de trabalho servil e da própria mentalidade e postura de total subserviência por parte do trabalhador principalmente no meio rural do Recôncavo fumageiro.

Dentro desse padrão tradicional, o trabalho é apenas para entreter a vida cotidiana, ou seja, para comer, beber, vestir e morar e conforme Costa Pinto (1959) para o trabalhador comum não faz nenhum sentido a idéia de trabalhar para acumular e enriquecer.

Recôncavo: Um quadro atual de estagnação e pobreza

Explicadas historicamente, muitas foram às razões para que a situação econômica do Recôncavo evoluísse de maneira diferente em relação a outras regiões do Brasil, principalmente no período de industrialização do país.

Assim, ao tempo que os Estados do Sul mecanizaram sua produção e acumularam capital sempre criando condições para o estabelecimento do primeiro pólo de desenvolvimento industrial do país, a Bahia continuou como centro de atividades agrícolas de baixo rendimento, acumulando mão-de-obra desempregada.

Com um grande número de desempregados e subempregados houve o agravamento de problemas sociais, aumentando os índices de marginalização urbana, de desigualdades que atentam contra a integração social que é a condição fundamental para o processo de desenvolvimento continuado que o país almeja.

De acordo com Pedrão (1997) atualmente, o Recôncavo tem como traço dominante a falta de movimentação econômica, não conseguindo produzir alterações significativas que possam mobilizar intensamente os recursos humanos e naturais capazes de superar a pobreza generalizada. Mas, verificando o cenário atual no Recôncavo, é possível afirmar que tem sido capaz de acumular capital adaptando-se aos processos agroindustriais na produção fumageira, de cítricos e mais recentemente, avícola. A grande agroindústria avícola, Avipal, está investindo, e pretende expandir a produção de ovos e de frango congelados no Recôncavo. Além disso, a região fornece matéria-prima, produtos alimentares e materiais de construção para Salvador, muitas vezes, a preços baixos.

Daí, para Brandão (1997) há uma deficiência institucional que dificulta o desenvolvimento das atividades produtivas, o fornecimento de serviços e a integração dos setores marginalizados da população. Dessa forma, é essa deficiência que dificulta a introdução de um sistema progressivo de distribuição de renda e melhoria no sistema de tributação.

Nesse sentido, Pedrão (1984) enfatiza que, ao contrário do que acontecia no período colonial, o Recôncavo não desenvolve nenhuma atividade internacionalmente significativa. Por isso, muitas vezes se resume a objeto de exploração de subprodutos como areia e pedra, funcionando como mola

propulsora para sustentação da expansão urbana de Salvador e Feira de Santana. Assim:

“A pobreza hoje prevalente no recôncavo é parte de um complexo processo de formação de capital de urbanização, que só pode ser entendido quando colocado no espaço-tempo da história”. (PEDRÃO, 1997).

Diante disso, para compreender a região do Recôncavo, atualmente, é preciso compreender um cenário de desigualdade, estagnação e pobreza, realidade que se contrapõe às potencialidades da região sempre tão exaltadas. É o que se pode observar como maior representação desse desajuste é o elevado custo de vida resultante de um aumento da demanda de alimentos e habitação.

Desde a década de 1960 o traço dominante da região é a falta de dinamismo. Daí Pedrão (1993) afirmar que a reprodução da imobilidade dessa região envolve uma perda de força do sistema principalmente por falta de incorporação de uma energia nova, ou seja, por falta da entrada de capital.

O comércio local não consegue absorver totalmente a produção de alimentos, e, muitas vezes, dependem dos compradores de fora. Daí, em seu conjunto as atividades realizadas, atualmente na região, tem demonstrado capacidade insuficiente para gerar os recursos necessários ao desenvolvimento.

Nesse contexto, as possibilidades de desenvolvimento e fortalecimento econômico da região dependem basicamente de uma estratégia que oriente e desenvolva as atividades tradicionais, bem como introduza agentes modificadores que originem novas estruturas sociais e econômicas, que se somem às atuais, fortalecendo a integração da região com o resto do país.

Apesar da economia baiana ter passado por um ciclo de modernização entre 1950 e 1980, devido à industrialização, o Recôncavo permaneceu estagnado. Dessa forma, Pedrão (1997) referencia:

“O quadro de estagnação que permaneceu a economia do Recôncavo combinava elementos seculares de funcionamento representados pela oligarquia detentora de produção açucareira, perturbada apenas por algumas obras públicas de pouco impacto local e por alterações na agricultura, insuficientes para revitalizar sua economia.”

Assim, conforme Pedrão (1997), mesmo o Centro Industrial de Aratu, a Barragem Pedra do Cavalo no Paraguaçu e o Complexo Petroquímico de Camaçari causaram apenas impactos indiretos para a região, visto que, desencadearam um mercado de trabalho onde os moradores locais tiveram

acesso apenas na qualidade de operários, na maioria das vezes fornecendo uma mão-de-obra desqualificada.

E com o fim dos efeitos empregatícios desses conjuntos industriais, em 1990 e 1993 lentamente houve o reordenamento das atividades primárias com o revigoramento da produção de cítricos e avicultura para o mercado em escala regional e ainda com atividade exportadora da produção fumageira que, conforme Pedrão (1997), é uma atividade agrícola pouco expressiva em termos de emprego e a mão-de-obra permanece na manufatura tradicional de larga escala sempre tendendo ao desemprego. Nesse sentido, não é capaz de modificar a situação econômica da região.

O prolongamento da estagnação significa um maior empobrecimento da região e de seus habitantes. E, como desmembramentos desse processo, temos a emigração, ou seja, uma nítida deteriorização das condições de vida correspondendo ao que Pedrão (1997) chama de desabilitação do sistema de produção cuja expressão final é a subnutrição da maioria, e a fome de uma elevada proporção da população.

Nesse cenário de fragilidade onde até a pequena produção agrícola, com seus baixos rendimentos físicos, apresenta elevada margem de risco, ficou evidente, como explica Pimenta e Szmercsanyi (1996), que são poucos os que têm acesso a atividades com perspectiva de crescimento da renda e conseqüente melhoria das condições de vida.

Mas, segundo Brandão (1997) é principalmente no setor industrial que se encontram as possibilidades para deflagrar e manter um processo de desenvolvimento econômico. Por outro lado, é muito importante considerar que se tradicionalmente o sustentáculo econômico da região foi a agricultura, é necessário lançar mão de estratégias para elevar sua produtividade.

Ainda nesse contexto, não se pode deixar de considerar que o dinamismo do crescimento industrial também requer a expansão do setor agrícola. Esse setor, além de proporcionar matéria-prima para a indústria aumentando as oportunidades de emprego, pode conduzir a um desenvolvimento prolongado capaz de superar os problemas econômicos e sociais. E, a partir daí promoverá a intensificação das atividades inter-regionais almejando a intervenção no espaço econômico do país.

O município de Muritiba e o distrito de São José do Itaporã

A localidade para fins de estudo, o Distrito de São José do Itaporã, está localizada no município de Muritiba, com toda sua extensão territorial inserida no Recôncavo baiano, mais precisamente na área fumageira.

Por isso, foi preciso ressaltar algumas características do Recôncavo com o objetivo de atualizar o conhecimento dos aspectos que condicionam as formas de organização da comunidade em estudo, ou seja, do município de Muritiba. Foi preciso ressaltar o contexto no qual o município está inserido e compreender a natureza dos processos sociais que interferiram na sua trajetória e que contribuíram para a sua configuração atual.

O surgimento do município de Muritiba ocorreu em 1559 quando os jesuítas junto com exploradores portugueses escalando a serra ao redor do rio Paraguaçu, alcançaram o planalto e fundaram uma povoação. Com o passar dos anos seria construído neste local um templo em louvor a São Pedro e um pouco mais tarde, em 1705, a Coroa portuguesa autoriza a criação de vinte freguesias dentre as quais, a de São Pedro do Monte de Muritiba.

O nome do município traz consigo duas versões. A primeira e mais aceita culturalmente é a de Anfilóbio de Castro. Ele afirma que a denominação vem de Buritiba (Buri – espécie de Palmeira; tiba-grande quantidade), cujo desempenho lingüístico alterou para Muritiba. Por outro lado, para Teodoro Sampaio o nome Muritiba, vem de ma-qui-ti-ba, que significa sítio das moscas.

O município foi criado a partir das terras desmembradas do município de São Félix, e somente com a Lei Estadual nº 1349 de 08 de Agosto de 1919 recebe o nome de Muritiba. Três anos depois teve sua sede elevada à categoria de cidade, através da Lei Estadual de 03 de agosto de 1922, mas a lei vigente é a de nº 628 de 30 de dezembro de 1953, publicada no Diário Oficial de 10 de fevereiro de 1954.

O município está situado na região econômica do Recôncavo da Bahia e de acordo com o IBGE, como Microrregião Homogênea Administrativa de Santo Antônio de Jesus. E para os órgãos de planejamento do governo, como região de Planejamento do Paraguaçu.

Localizada a 114 km da capital e a 45 km de Feira de Santana, Região Administrativa mais próxima, Muritiba tem uma área de 53 km² com uma população de 31.930 habitantes, conforme censo (2000) IBGE. Suas

coordenadas geográficas são: 12º 37' Latitude sul e 38º 59' Longitude oeste, com 208m de Altitude ao nível do mar. Com o tipo climático seco e subúmido, a temperatura média anual de 24,1ºC; máxima de 29,2ºC e mínima de 20,4ºC. A pluviosidade anual média é de 1177mm e o período chuvoso estende-se de maio a julho.

A vegetação natural do município é o tipo Floresta, tanto a estacional decidual como a semidecidual e a ombrófila densa. O relevo apresenta os tabuleiros interioranos e pré-litorâneos; com a bacia hidrográfica Paraguaçu tem como rios principais o Paraguaçu, o Capivari e o Riacho da Léguas. Os tipos de solo são: o Latossolo Amarelo álico, Podzólico Vermelho-Amarelo álico, Brunizém Avermelhado e Planossolo Solódico eutrófico e são considerados com aptidão regular para lavouras.

E como um bom integrante do Recôncavo, o município de Muritiba e seus arredores representavam o centro da cultura fumageira na Bahia, desde a colonização até o período de retração econômica, seja pela qualidade do fumo, seja pelos produtos ali produzidos. E como enfatiza Castro (1941, p.104):

“Claro, aroma delicioso, fino, leve, elástico e resistente; folhas de limos largos, nervação delicada, lisas. (...) É o fumo das nossas boas malhadas (...). Daí sua reconhecida estima e preferência sobre o de todas as demais zonas, para a indústria charuteira”.

Mas, gradativamente, o centro da cultura fumageira foi sendo transferido para Cruz das Almas e, na década de 30 do século XX, as plantações já estavam espalhadas por diversas áreas do Estado. Essa expansão deu suporte a uma evolução da economia local, contribuindo para instalação e ampliação do processo manufatureiro do fumo.

Esse processo teve seu auge até a década de 50 do século XX e, com o período de crise e processo de decadência da manufatura fumageira na Bahia, entrou em processo de declínio.

Assim, o fumo constituiu-se num elemento importante nesta região, não apenas como produto auxiliar de sua economia, mas, de acordo com Schwart (1988), como produto econômico primário de uma sociedade. Daí, além de uma paisagem natural, delineou uma paisagem humana e social.

O município de Muritiba, onde está localizado a área em estudo, o distrito de São José do Itaporã, limita-se com as cidades de Cachoeira, Governador Mangabeira, Cabaceiras do Paraguaçu e Cruz das Almas.

Referências Bibliográficas

AGROANALYSIS. **Revista de agronegócios da FGV**. Instituto Brasileiro de Economia. Vol. 22. Nº 10 Fev. / Mar. 2003 (IBRE) 71p.

AGUIAR, M. P. de. **Ensaio de História Econômica**. Salvador: Progresso, 1960.

AZEVEDO, E. P. **População da Bahia. Nº 1 (set. /dez.1968)**. Salvador: Centro Editorial e Didática da UFBA, 1968. p. 3-14.

AZEVEDO, T. de. **Problemas sociais da exploração do Petróleo no Recôncavo da Bahia**. Imprensa Oficial da Bahia, 1960.

BASTIDE, R. **Brasil Terra dos Contrastes**. Rio de Janeiro, DIFEL, 1980, p. 68-70.

BRANDÃO, M de A. org. **Recôncavo da Bahia; Sociedade e Economia em Transição**. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, 261 p.

CAR. **Recôncavo Sul: perfil regional; programa de desenvolvimento regional sustentável**. PDRS; Salvador, 1999.

CARVALHO, J. C. M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. 136p.

CASTRO, A. de Muritiba. **Sua história e seus fados 1559 – 1941**. Digressões – Notas à Bahia: Tipografia Naval, 1941.104p.

CEI. Centro de Estatística e Informação. S.L. 1940.

COSTA PINTO, L. A. **Recôncavo, laboratório de uma experiência**. Rio de Janeiro: Centro Latino Americano de pesquisa em Ciências Sociais, 1959.

IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico: Bahia VIII Recenseamento Geral, 1970**, Rio de Janeiro. 1980. p.14-15.

_____. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro. 2000.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília. 1996, 58p.

LAPA, J. R. A. **Economia Colonial**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973. p. 160-163.

MATTOSO, K. M. de Q. Bahia século XIX. In. **Uma província do Império**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 51-81.

_____. **Os escravos na Bahia, no alvorecer do século XIX**. Estudo de um grupo social. Revista de História. São Paulo, 1974. p. 109-115.

PEDRÃO, F. C. Novos rumos, novas personagens. In: **BRANDÃO, M. de A. (org.) Recôncavo da Bahia. Sociedade e economia em transição**, Salvador. (ALB/UFBA) 1997.

_____. O Recôncavo baiano na origem da indústria de transformação do Brasil. In: **I Congresso de Pesquisadores em história econômica**, 1993, São Paulo. ABPHE.

_____. **As raízes da pobreza na Bahia**. Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 1984.

PIMENTA, J. e SZMERCSANYI: Bahia. Secretaria de Planejamento do estado da Bahia. Companhia de Ação Regional (CAR). In: **Relatório para Avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Bahia do Rio Paraguaçu no período de 1977/85**. Salvador, 1996.

PINHO, W. J. **História de um engenho no Recôncavo**. Rio de Janeiro, 1944.

RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. In. **Del. Priore, M. História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, 580p.

ROCHA, F. F. **Geografia da Bahia**. [s.l.: s.n], 1968.

SANTOS, M. **A rede urbana do recôncavo**. Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1959.

SCHWART. I. Segredos Internos: **Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª edição, 1988. p. 84-85.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador, 2002, v.16.

VILHENA, L. dos P. **A Bahia no século XVIII**. V. 2, Salvador-Bahia. Itapuã. 1969.

CAPÍTULO 1

O PERFIL DOS PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ, MUNICÍPIO DE MURITIBA. RECÔNCAVO DA BAHIA¹

¹ Artigo ajustado e submetido ao Comitê Editorial do periódico científico Ciência Rural

O PERFIL DO PEQUENO AGRICULTOR FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ, DISTRITO DE MURITIBA. RECÔNCAVO DA BAHIA.

RESUMO: O trabalho identifica o perfil do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã, município de Muritiba. Recôncavo da Bahia. Trata-se de um estudo de caso cujos dados foram coletados através de questionário e entrevistas. Os produtores vivem em condições de carência de infraestrutura, em pequeníssimos lotes de terra, praticando técnicas agrícolas seculares. Esse quadro poderá ser transformado através de mudanças estruturais proporcionando o acesso a terra, ao crédito, a tecnologia, a melhoria do nível de instrução despertando a autoconfiança do agricultor familiar local.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Recôncavo da Bahia, pequena produção.

THE PROFILE OF THE SMALL FARMER OF THE VILAGE OF SÃO JOSÉ OF ITAPORÃ THAT IS PART OF MURITIBA CITY, RECONCAVO OF BAHIA.

ABSTRACT: This paper identify the profile of small farmer at the village of São José do Itaporã, that is part of Muritiba city. Recôncavo of Bahia. It is methodologicolly a case study whose data were collected by forms and interviews. The family farmer producers live in poor conditions with lack of infrastructure, in small pieces of land, practicing secular agricultural techniques. To assure the survival they are impelled to deal with multiples and concomitant rulers. This situation can change by public policies that provide the access to the land, the loans, the technology innovation, the improvement of the education level and increasing the self-confidence.

Key words: family farm, Reconcavo of Bahia, small production.

INTRODUÇÃO

Localizado no Recôncavo da Bahia, município de Muritiba, o Distrito de São José do Itaporã é uma comunidade rural cuja realidade nunca foi alvo de investigação. Trata-se de uma comunidade que apresenta um quadro de carências e que 69% dos estabelecimentos tem tamanho inferior a 1 ha, organizado entre moradia, plantio e criação de pequenos animais.

Os vários questionamentos sobre as condições socioeconômicas e o modo de vida do pequeno agricultor familiar da região do Recôncavo da Bahia, no distrito de São José do Itaporã, município de Muritiba, constituem a preocupação central desta pesquisa. Para traçar o perfil do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã é imprescindível verificar qual tem sido seu modo de vida e suas estratégias de sobrevivência, tendo em vista o cenário com elevadas carências socioeconômicas em que estão inseridos.

Assim, mesmo sabendo que a mão-de-obra familiar é predominante na comunidade em estudo, a pergunta desta pesquisa situa-se também em torno das relações com a terra, produção de alimentos e a comercialização da produção que se estabelecem neste processo produtivo, visto que o pequeno agricultor precisa lançar mão de múltiplos e concomitantes papéis para assegurar a sobrevivência.

A insuficiência de recursos, a falta de políticas públicas, financiamento e meios de comercialização fazem com que os produtores estejam ligados à produção de cereais, hortaliças, frutas e criação de pequenos animais para auto consumo, possibilitando tanto a segurança alimentar quanto a consolidação do acesso a terra. Além desses produtos, também encontram-se associadas explorações de fumo e de mandioca.

Para melhor compreender a situação atual da comunidade em estudo é importante analisar o breve histórico da forma de produção familiar na agricultura, em diferentes formações sócio econômicas na Europa Ocidental, com a intenção de referenciar teoricamente o objeto de estudo e traçar o perfil dos pequenos agricultores familiares de São José do Itaporã.

A moderna agricultura familiar mantém laços culturais fortes com o passado e considerando Lamarche (1993) foi o patrimônio cultural herdado que possibilitou a reprodução do produtor familiar, no sentido de transferir às gerações

seguintes suas estratégias de sobrevivência. Portanto, mesmo não tendo como objetivo apresentar aqui uma periodização rigorosa do histórico global do campesinato e da agricultura familiar é necessário destacar alguns traços essenciais, sem considerar rigidamente o período datado, para melhor compreender a agricultura familiar brasileira.

Nesse sentido, é possível lembrar aqui que a comunidade primitiva representou os primeiros indícios de uma formação sócio econômica que a humanidade conheceu. Com um trabalho pouco produtivo se produzia apenas o necessário ao consumo, e a cooperação entre as pessoas era predominante. Mas conforme Nikitin (1967) com a diversificação entre tribos agricultoras e tribos pastoras houve a consolidação da primeira divisão social do trabalho. E mais tarde, com o crescimento das forças produtivas, a utilização de instrumentos de ferro e o surgimento do artesanato e dos mercados houve a ampliação dessa divisão. E assim, pode-se dizer que o senhor feudal tinha a propriedade privada da terra e propriedade parcial do trabalhador.

As culturas desenvolvidas eram variadas, produzindo cereais, criando bovinos, eqüinos, suínos e ainda, produzindo artesanatos (roupa, utensílios etc). A produtividade variava de uma região para outra de acordo com as condições climáticas, mas o rendimento era baixo. Daí tornou-se evidente que o agricultor já era policultor, quase não produzia para o mercado e apenas a produção excedente era comercializada. Com isso é possível afirmar que o fruto do trabalho dava apenas para a sobrevivência, pois tinham que trabalhar a terra do senhor sem receber remunerações.

Nesse sentido o agricultor da idade média tinha o uso, mas não a propriedade legal (documentada) da terra; eram policultores, possuíam baixo nível cultural e de vida; trabalhavam em pequenas unidades produtivas, cujo pequeno volume de produção, obtido por uma tecnologia rudimentar, era voltado principalmente para o consumo, pagamento de tributos e os poucos excedentes colocados no mercado locais. Eram independentes quanto aos centros urbanos, executavam o trabalho familiar coletivo, cuja direção pertencia ao chefe familiar e caracterizavam-se ainda por uma polivalência nesse trabalho. Esse elemento era um agente de uma relação social de produção feudal com obrigações econômicas e extra econômicas. Algumas dessas características também fazem parte do perfil dos agricultores familiares de São José do Itaporã.

Assim, a agricultura camponesa feudal se caracterizou fundamentalmente pelo destino dado a produção, ou seja, pequena parte para o consumo e outra parte para o senhor. E ainda por uma policultura cultivada em pequenas áreas, técnicas rudimentares trabalhada pela família sem hierarquização das tarefas.

Daí, muitas são as controvérsias sobre a utilização dos termos campesinato e agricultura familiar. Porém trata-se de categorias sociais distintas possuindo como elemento comum apenas a forma de organização da unidade de produção a qual está centrada na direção familiar bem como, utilizando a força de trabalho dos membros da família como um todo.

E, mesmo constituindo-se como categorias sociais distintas o campesinato medieval e a agricultura familiar atual apresentam leves traços de semelhanças entre si, mas não devem ser confundidas.

Portanto conceituar o agricultor familiar é uma tarefa que conduz o pesquisador, conforme Carvalho (1978) a considerar aspectos inerentes à História, Sociologia, Antropologia e Economia. Vários autores trataram o tema sob ângulos diferentes, atribuindo definições e até tentando fazer uma aproximação e mostrando sua presença na paisagem rural brasileira.

Contraopondo o camponês ao cultivador primitivo, Wolf (1970) define:

"Os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra mas devem ser alimentadas, dando, em troca, bens específicos diversos e serviços" (pág. 16).

Verifica-se pela definição do autor o caráter de subordinação econômica e social do camponês aos que governam e ainda a presença de um excedente, uma apropriação e uma troca de mercadorias, pois os grupos que não cultivavam a terra dão em troca bens e serviços. Ainda para Wolf (1970) esses integrantes das sociedades camponesas datam de um período de transição entre a tribo primitiva e a sociedade industrial.

Muitas são as controvérsias sobre a utilização do termo camponês na América Latina, mas a maioria deles concorda que é válido, afirmando que a imensa variedade de pequenos produtores está a exigir um conceito que lhes exprima a categorias e sirva de denominador comum. Portanto Queiroz (1969) define:

“Camponês é todo individuo que cultiva a terra com a mão de obra familiar e tendo em vista primeiramente a sua subsistência e não buscando apenas o lucro, coexiste, todavia, com uma economia diferente da sua, entretendo com ela relações de complementaridade, uma economia urbana, a qual traz o excedente de sua produção para trocá-lo ou vendê-lo adquirindo tudo aquilo que não produz. Distingue-se assim do aborígine, cujas trocas, se fazem com grupos de sistema econômico semelhante ao seu, e do grande agricultor, cuja produção inteiramente comercializada, tem por finalidade a obtenção de lucro” (pág. 197-199).

Nesse sentido, o camponês tem a autonomia mesmo que parcial sobre sua produção. E um outro aspecto importante na conceituação desse produtor rural é quando a mesma autora Queiroz (1969) afirma que:

“Também é considerado camponês os produtores vivendo em pequenas empresas do tipo familiar, independentes em grande escala da economia urbana os chefes de família concentrando a iniciativa dos trabalhos efetuados na unidade de produção, trabalhos que não se distinguem da existência familiar questionada, produção orientada para subsistência e aproveitando-se o excedente para ser vendido na cidade próxima” (pág. 136).

Embora uma definição não se contraponha a outra, mas a segunda já aponta esse produtor ligado à pequenas empresas familiares. E, além disso, o empresário familiar tem como objetivo maior o lucro. Porém, a unidade produtiva camponesa não alcançou esse nível de organização.

Com suas inúmeras particularidades esse camponês é uma forma de personificação de uma classe social definida pela forma de produção simples de mercadorias. Logo, além do produtor direto, ao mesmo tempo, detem a propriedade parcial ou total dos meios de produção. Então, o que o define como agente de uma relação social de produção pré-capitalista é que, ao mesmo tempo, pode ser proprietário da terra e do capital e também o próprio trabalhador. Ou seja, possuindo o controle parcial dos fatores de produção o camponês, apropria-se de parte do produto ou de sua totalidade quando não paga o aluguel da terra.

Mas é Diegues Junior (1973) que ao se referir aos camponeses chama a atenção para o baixo nível de vida e até o baixo nível cultural, que o impede de se perceber das contradições e deficiências que o envolvem.

E para Prado Junior (2000) os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros também estão contidos na noção de campesinato. Daí, Garcia (1989) define esses termos:

“Arrendatário aquele que paga aluguel da terra em quantia fixa em dinheiro ou em quantidade também definida fixa de produto, sinônimo de foreiro e de rendeiro. E o parceiro é aquele que paga o uso da terra em

quantidade de produto proporcional a colheita - a meia, e terça, a quarta – sinônimo de porcentageiro, meeiro”.

Percebe-se aí a noção de camponês atrelado aos diferentes tipos de minifúndios que, ainda hoje, são encontrados na estrutura agrária brasileira. Portanto, o camponês, de acordo com Carvalho (1978) pode ser conceituado como pequeno produtor rural, proprietário ou não, que trabalha direta e pessoalmente a terra, com a ajuda de membros da família e que ocasionalmente pode utilizar poucos elementos estranhos à família.

Distinguindo-o do empresário familiar cujo objetivo econômico é o lucro e do cultivador primitivo, para melhor caracterizar o camponês é possível destacar de acordo com Carvalho (1978, pág. 51):

- Pouca divisão do trabalho dentro da unidade familiar consolidando um trabalho coletivo;
- Elevado nível de subordinação econômica social e política;
- Direção dos trabalhos realizados pelo chefe da família;
- Relativa independência com relação aos centros urbanos;
- Baixo nível de renda e nível cultural;
- Agente de uma relação social de produção não capitalista.

Algumas dessas características podem também pertencer a outras categorias, mas são inerentes principalmente ao camponês que existiu na formação sócio econômica feudal na Europa Ocidental cujos objetivos de produção estavam voltados para a manutenção de uma corte, realização de algum estoque de mantimentos, dentro de uma economia onde sobrevivia quase sem intercâmbio comercial. Vale evidenciar que não houve no Brasil, em qualquer época a existência de feudos idênticos a esses com uma economia autárquica e fechada como teriam sido aqueles da Idade Média.

Assim, mesmo inserido num contexto social onde as relações de mercado são incompletas, o campesinato não está alheio as relações de mercado. E de acordo com Mendras (1978) são três, os tipos sociais básicos, ou seja, a categoria tribal, a sociedade camponesa e os agricultores familiares. Nesse sentido a sociedade camponesa é considerada como um elemento de transição entre as categorias tribais e os agricultores familiares.

Como aduz Chayanov apud Wolf (1970) a característica fundamental na economia do camponês é a sua organização estar determinada pelo tamanho e

composição da família. É nesse sentido que ele destaca a importância da coordenação entre as exigências de consumo e o tamanho da força de trabalho em cada família.

Mas, foi com o objetivo de ampliar os lucros que aos poucos os primeiros investimentos no setor rural foram possibilitando a especialização e o incremento da produção e conseqüentemente a penetração do capitalismo no campo. As estruturas pré-capitalista não desapareceram totalmente. Embora a importância relativa das relações pré-capitalistas diminua, elas parecem constituir elemento essencial ao processo de crescimento do próprio capitalismo no campo. Mas o desenvolvimento desse capitalismo pode expulsar parte da população camponesa de suas terras obrigando-os, muitas vezes, a se tornarem força de trabalho assalariada.

Assim o desenvolvimento do capitalismo não se faz com a destruição imediata das formas de produção não capitalistas, mas, o campesinato tende à proletarização. É uma proletarização que se desenvolve aos poucos, ampliando a subordinação econômica, social e política.

De acordo com a abordagem marxista o campesinato dificilmente teria condições de sobreviver e reproduzir-se no cenário capitalista. De acordo com essa visão as condições geradas pelo desenvolvimento capitalista na agricultura modificariam o código que orienta a vida camponesa impossibilitando sua reprodução social.

Comungando com essa abordagem, Martins (1990), afirma que à medida que o camponês se integra ao mercado, se transforma, progressivamente, num subalterno diante do capitalismo. É que, ao se submeter às relações de troca desfavoráveis, quase sempre a unidade familiar é conduzida a uma situação de empobrecimento que se dá, principalmente, pela ampliação do domínio do mundo das mercadorias, em que a chegada do capital reduz o espaço de produção agrícola do camponês. No limite, o capital retira-lhe a terra e impõe o trabalho assalariado.

Além disso, a integração afeta toda a base de reprodução da família, levando também a uma redução do espaço familiar. Isto ocorre tanto pela insegurança que a especialização da produção acarreta, fazendo a família girar apenas em torno da produção da mercadoria, como pela maior submissão às leis do mercado, isto é, à flutuação de preço, necessidades de empréstimos, juros

altos, atravessadores e alto preço dos insumos no custo de produção (Kautsky, 1986).

Essa ameaça de perda de autonomia leva o camponês a elaborar estratégias que lhe permitam a reprodução dentro das novas condições, as condições modernas de produção. Porém, em grande parte, ainda se baseia na valorização dos recursos de que dispõe internamente na unidade familiar e que se destinam a assegurar a sobrevivência da família no presente e no futuro. Ou seja, dentro da nova realidade em que se insere, o camponês procura enfrentar os desafios com as armas que dispõe e que sabe utilizar (Wanderley, 1999).

Ainda nessa abordagem o mercado acaba por transformar as regras convencionais da vida do pequeno produtor familiar impedindo sua reprodução social. Mas, de acordo com a forma que o capitalismo assume, a sociedade camponesa pode estabelecer frágeis relações com o mercado, difíceis condições de sobrevivência e reproduzir-se socialmente a depender da estratégia utilizada. Nesse sentido o campesinato não será destruído nem transformado, mas confinado a subordinação. Pode-se afirmar que à medida que as relações camponesas se misturam com as relações capitalistas o campesinato vai perdendo sua fisionomia original, restando apenas desse processo histórico, a organização sob a mão-de-obra familiar. Outra possibilidade também seria a expropriação total restando apenas a chance de proletarização.

Nesse sentido para Lênin (1982) a penetração do capitalismo no campo gerou dois tipos de residentes rurais o campesinato rico, esses são os cultivadores que apresentam uma total integração ao mercado cujo tamanho da propriedade está muito além da possibilidade da mão-de-obra familiar; e os proletariados rurais, camponeses que não acompanharam as transformações capitalistas, possuem lotes de terra pequeníssimos e são impelidos a vender sua força de trabalho para assegurar a sobrevivência. Para o autor existe ainda um grupo intermediário que em condições climáticas favoráveis podem até conseguir se manter sob economia mercantil ressarcindo, com dificuldade as despesas com a manutenção do estabelecimento. Assim, tanto Lênin como Kautsky tem seus trabalhos baseados nas diferenciações sociais e no fim do campesinato.

Embora não seja possível comparar ao caso brasileiro, para Lamarche (1993) a agricultura familiar moderna, ou seja, seu modelo de organização é resultado das transformações históricas ocorridas com as formas camponesas. E

ainda, afirma que para melhor compreender e analisar a exploração familiar é necessário considerar todo seu contexto, inclusive as diversas entidades que a estruturam. E o autor acrescenta que “compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o agricultor determina suas escolhas fundamentais”. Lamarche (1993 p.24).

Com tantas controvérsias, para caracterizar o agricultor familiar brasileiro é necessário considerar que a colonização inicial deste território, no século XVI, foi realizada por povos Europeus, mais precisamente pelos Portugueses, vale salientar ainda, que as relações sociais de produção aqui implantadas eram condizentes com os interesses dos dirigentes, ou seja, da coroa portuguesa.

O período final da formação sócia econômica portuguesa feudal coincide com o período em que Portugal levou avante a colonização do Brasil e deveria ser implantada na colônia uma formação funcional ao modelo de exploração. Contudo, o que aqui se implantou foi o escravismo colonial, subordinado aos interesses do capital mercantil. E, dada à força do capital mercantil, é possível que em Portugal já estava se generalizando o estabelecimento capitalista na agricultura que convivia lado a lado com a produção familiar.

E ainda, o “campesinato brasileiro” como enfatiza Queiroz (1973 p.120).

“É representado por uma camada intermediária da população rural que estaria interposta entre os proprietários de terras e os escravos, no período colonial e imperial, até a abolição da escravatura colocada entre os proprietários e os trabalhadores sem terra no período de escravidão”.

Portanto, mesmo ocupando na sociedade global uma posição de inferioridade socioeconômica e política, representava a massa majoritária de população. Assim, no Brasil acredita-se que houve relações de produção com traços da servidão, cujos objetivos de produção colonial estavam voltados para o lucro comercial dentro de uma economia mercantil.

Por outro lado, nos países industrializados o capital desinteressou-se pela atividade agrícola, por causa dos ricos e da baixa taxa de lucro. Neles é possível perceber uma linearidade na transformação do campesinato em produção familiar moderna, altamente inserida no mercado.

A origem da propriedade familiar no Brasil é diferente. Ela se dá nos resquícios do latifúndio agro-açucareiro e do café. O que ele tem em comum com o campesinato europeu é tão somente, a lógica de funcionamento: usar força de trabalho familiar e não visar o lucro, de modo prioritário e exclusivo.

Em São José do Itaporã a forma de agricultura familiar assumida atualmente, também é resultado de um processo histórico. A origem dos agricultores familiares está ligada a descendentes de escravos. O pequeno produtor e a fisionomia do local são influenciados essencialmente pelo cultivo açucareiro e fumageiro do passado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Nesta pesquisa é desenvolvido um estudo analítico e qualitativo, tendo como objeto a análise das relações sociais e produtivas desenvolvidas interna e externamente pelos pequenos agricultores familiares de São José do Itaporã, dentro de um contexto histórico da região do Recôncavo da Bahia.

Para possibilitar o alcance dos objetivos, é utilizado o estudo de caso que conforme Yin (1984) possibilita a investigação de um fenômeno dentro do seu contexto aprofundando a análise de situações concretas. Realizada dentro dessas condições, de acordo com Neves (1985) essa análise é capaz de fornecer referenciais das relações sociais, das práticas de diferentes agentes, da interferência de fatores políticos, ideológicos, culturais, do jogo de forças e das representações sociais existentes. A partir da definição da área em estudo foi desenvolvido um levantamento bibliográfico proporcionando o embasamento teórico necessário para interpretar as variáveis consideradas para a análise. Foram utilizados dados secundários obtidos de fontes como jornais, revistas, publicações estatísticas do censo, do IBGE e da SEI (Anuário Estatístico da Bahia, 2002) dentre outros documentos oficiais e institucionais como os do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muritiba e das Associações dos Produtores de São José do Itaporã.

Diante da ausência de dados secundários sobre as condições socioeconômicas dos agricultores familiares do Distrito de São José do Itaporã, fez-se necessário à utilização de dados primários, obtidos originariamente através de visitas exploratórias e por meio de uma coleta direta de informações através de questionários e entrevistas semi-estruturadas elaborados de modo a apreender as variáveis qualitativas e quantitativas. A pesquisa de campo foi desenvolvida no período de julho a novembro de 2003.

Os elementos qualitativos são considerados para compreender os processos sociais presentes na trajetória dos agricultores familiares locais, bem

como, para analisar a natureza dos fenômenos sociais estudados. Os elementos usados na análise quantitativa foram coletados por meio de questionários e, posteriormente, os dados tabulados através do programa de Informática Excel.

Segundo Richardson (1985) há uma complementaridade muito grande entre os aspectos quantitativos e os qualitativos. Daí, pode-se admitir a utilização das duas abordagens. Assim, neste trabalho, durante o planejamento da pesquisa, a coleta e a análise dos dados, não existe dicotomia entre qualidade e quantidade, pois são apenas faces do mesmo fenômeno, conforme Demo (2000).

Para Martins e Lintz (2000) o questionário com perguntas fechadas se caracteriza por ser composto de questões que podem ter várias respostas em que a pessoa questionada terá de escolher apenas uma. A grande vantagem deste tipo de questionário é a facilidade em respondê-lo e em tabular os dados coletados. Concomitantes ao questionário, também foram feitas observações que conforme Lopes (199-) possibilitam a reconstrução empírica da realidade, isto é, visam coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial.

Foram aplicados 130 questionários e realizadas 62 entrevistas com pequenos agricultores. A seleção dos entrevistados foi feita de forma a incluir representantes de todo o universo pesquisado e teve início após algumas visitas à comunidade. Os produtores que responderam ao questionário e a entrevista foram selecionados utilizando-se da amostragem não probabilística intencional (ou por julgamento), em cuja suposição podem ser definidos os indivíduos a serem incluídos, chegando, assim, a amostras satisfatórias² (Mattar, 1993). Nesse sentido, as técnicas de coletas de dados foram combinadas em função dos propósitos da pesquisa. Os dados primários e secundários foram analisados junto com uma documentação sobre o objeto, fornecendo o estado atual do conhecimento sobre o tema. A qualidade dos dados permitiu, com aproveitamento integral, aplicar procedimentos estatísticos simples e através da análise descritiva das entrevistas traçar o perfil do pequeno agricultor familiar de São José de Itaporã, município de Muritiba.

A amostra é não probabilística e, de acordo com Lopes (199-) é dita significativa ou de representatividade social, ou seja, não estatística. Os métodos

² A escolha dos entrevistados foi definida durante o processo, à medida que fatos emergiam e sugeriam a necessidade de novas entrevistas.

de tratamento dos dados foram qualitativos e quantitativos. A amostra foi fixada a partir de um índice de saturação, ou seja, à medida que as respostas começaram a se repetir, não acrescentando novos dados à investigação a amostra foi determinada. Portanto, como o universo do objeto de pesquisa, distrito de São José do Itaporã, é constituído de uma média de 2000 famílias, com pouco mais de 6% desse contingente, a amostra foi determinada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Brasil conforme INCRA/FAO (1996) dentro do grupo de agricultores familiares que são proprietários 39,8% dos estabelecimentos familiares possuem menos de 5ha e no Nordeste região brasileira que possui o maior número de minifúndios, 58,8% dos estabelecimentos familiares tem área inferior à 5ha.

A restrição da área cultivável é significativa, pois impede o produtor de diversificar para aumentar o volume de negócio ou ampliar a produção. Logo, a carência de recursos surge como um fator preponderante, pois não pode direcionar os recursos escassos à adoção de tecnologia que poderiam lhes proporcionar maior produtividade.

De acordo com as informações obtidas na pesquisa de campo no distrito de São José do Itaporã, a situação dos agricultores familiares é ainda mais típica. Este produtor utiliza-se de várias atividades geradoras de renda para assegurar a sobrevivência, ou seja, lançam mão de várias estratégias. Entre esses agricultores, 69% dos estabelecimentos possuem áreas, pequeníssimas, com menos de 1 ha, 13% dos estabelecimentos possui de 1,5 a 2,5 ha, 8% tem área de 3ha a 5ha, somente 7% dos estabelecimentos tem área que corresponde 5,5ha a 10ha, e uma porção quase insignificante dos estabelecimentos, 3% do total, tem área superior a 10ha. Daí, quando fala-se de “pequenos agricultores familiares”, constata-se que estes são literalmente pequenos. Mesmo considerando que o grau de suficiência do solo está muito mais associado às potencialidades naturais, necessárias às atividades produtivas e não ao tamanho do estabelecimento é preciso reconhecer que frente ao sistema de produção o tamanho da propriedade é fundamental. Assim, como exploram uma pequena área, não há como remunerar melhor a família, sem o aumento do excedente por hectare e por propriedade.

A localidade em estudo apresenta a predominância de estabelecimentos com área inferior a 1ha. E, embora a totalidade dos entrevistados revele que o fato é um elemento limitante da produção, não demonstram interesse em ampliar sua extensão de terra, e para assegurar a sobrevivência lançam mão de múltiplos papéis para driblar essa limitação tão determinante.

Para os agricultores familiares a terra, uma vez adquirida, passa a integrar o meio de vida, a base do trabalho e dela não se desprendem, a não ser em situações extremas. Pode-se dizer então que a posse da terra representa a primeira condição de permanência e reprodução da unidade familiar. Esta característica ficou evidenciada no discurso dos entrevistados, os quais afirmaram que não possuir a terra, abandoná-la ou vendê-la é sinal de fracasso do agricultor. A terra é um elemento indispensável à sobrevivência do grupo familiar, mesmo que reduzida a uns poucos hectares. É considerada um bem da família e não deve ser vendida, a não ser em caso de extrema necessidade e para parente próximo.

Em São José do Itaporã não há sinais de concentração de terra nas mãos de poucos. O fato é que existem muitos agricultores com pouca terra, que depois da construção da casa resta apenas um quintal para as tarefas agrícolas. Isso se deve em grande parte a um fator histórico, porque em toda a região do Recôncavo, na zona do fumo e da agricultura de subsistência, expandiu-se o sistema de aluguel da terra e parceria que, sem significar um fracionamento da propriedade, resulta, numa multiplicação do número de estabelecimentos explorados por rendeiros, parceiros.

O patrimônio fundiário dos agricultores familiares de São José do Itaporã, em sua maioria, ou seja, 52% foi adquirido através de compra. A indenização, representando 7%, é entendida aqui como a cessão de um pedaço de terra a um trabalhador como uma forma de compensá-lo pelos serviços prestados durante um longo tempo em determinada propriedade. Representando 26% alguns proprietários herdaram essas terras de parentes que morreram ou migraram para os centros urbanos. A cessão das terras através de parcerias representa apenas 11%, e somente 4% dos estabelecimentos são arrendados. Assim, o pequeno agricultor em alguns casos tem o uso e posse, mas não a propriedade real da terra.

As atividades agrícolas da localidade ainda não revelam um sentido de renovação, mantendo-se atrasada na sua estrutura e na sua técnica de produção. Mas é sob essa estrutura que o agricultor precisa garantir a reprodução socioeconômica da família, tentando também assegurar algum excedente monetário possível de ser reinvestido na propriedade. Em São José do Itaporã, a agricultura se restringe a culturas alimentares básicas e de simples manuseio, voltado para o sustento da família. Há em alguns estabelecimentos a utilização das chamadas tecnologias poupadoras de terra, fertilizantes, sementes selecionadas e defensivos.

Confirmando as idéias de Chayanov (1974), todas as ações dos camponeses ocorrem de acordo com planejamento e motivações que são próprios deles e não têm nada a ver com a forma como agem os gerentes das empresas agrícolas. O cerne da questão reside no fato de que o objetivo da sua atividade econômica é diferente do da empresa. O pequeno agricultor visa em primeiro lugar assegurar a manutenção e a reprodução da família. Não quer dizer que ele não se preocupe com lucro, produtividade, custos etc, mas estes assuntos são secundários diante daquele objetivo maior.

Ao contrário do que ocorreu no massapé açucareiro do século XVI, nem a cultura do fumo e da mandioca embora sejam predominantes, apresentam o caráter monocultor. As propriedades diversificam suas atividades agrícolas, sendo que em cada uma delas sempre há um produto que é predominante. A mandioca, seguida do fumo, aparece em maior frequência. Mas além desses a cultura dos citros (laranja, limão) também representa alguma possibilidade de excedente. Ao contrário desses, o milho e o feijão são utilizados exclusivamente para o consumo familiar.

Nestes estabelecimentos a sobrevivência está fundamentada no trabalho familiar orientado para subsistência e praticando como indústria doméstica a transformação da mandioca e produção da farinha, em “casas de farinha” movidas a tração humana ou a motor elétrico. Da mandioca ainda é extraído o amido, denominado de “goma” na região, e utilizado na produção de alimentos típicos regionais como o “beiju”, a “tapioca” e o “grude”. Todo esse processo de transformação da mandioca mobiliza a mão-de-obra de toda família, inclusive o trabalho masculino.

Toda atividade produtiva necessita colocar no mercado o resultado de seu esforço. A comercialização de acordo com Neto (1995) é o ponto culminante da produção e de seu êxito depende a continuidade do sistema produtivo, pois é aí que ficam estabelecidas as margens reais de lucro e a possibilidade de reinvestimento.

A estrutura de produção do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã apresenta pouca integração ao mercado impossibilitando o acesso à indústria de transformação. Devido a sua impossibilidade de armazenar a produção, a falta do transporte próprio, bem como, o baixo poder de negociação, o controle dos preços dos produtos é feito pelos comerciantes intermediários que fazem a captação do produto no próprio estabelecimento. Neste giro comercial em todo o Recôncavo concordando com Brandão (1997) a figura do *atravessador* é cada vez mais comum, pois manipula maior volume de capital, pode ir às roças e comprar toda a produção, controlando o seu escoamento e tornando-se um elo fundamental na cadeia de intermediários que separa o produtor do último consumidor. Foi identificado um pequeníssimo grupo de produtores que dispõem de caminhonetes (Kombi) para comercializar seus produtos nos municípios vizinhos.

Ainda no que diz respeito a comercialização, a pesquisa evidenciou que apenas 39% dos produtores desconhecem o destino final da produção . Isso demonstra que há um elevado grau de informações a respeito do seu produto já que 61% dos produtores citam grandes centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo, Feira de Santana e Salvador, como localidades que os produtos são destinados.O pagamento é feito em dinheiro, mas, com prazo de oito a quinze dias o que é considerado pelos produtores como pagamento à vista.

Apesar das oportunidades serem reduzidas, o pequeno produtor recorre à diversificação de exploração nas produções animais³ para assegurar a sobrevivência. Na produção animal, observa-se a predominância da criação de pequenos animais, principalmente do frango caipira que está presente em 95% das propriedades. De acordo com a pesquisa, a criação de frangos aparece em primeiro lugar. Essa preferência é justificada devido ao baixo custo de produção, pouco risco de perda, e principalmente, a simplicidade apresentada na hora do

³ Geralmente é criada mais de uma espécie animal por propriedade.

consumo, sendo muitas vezes a única opção nas horas de dificuldade para alimentar a família. Sem apresentar nenhuma tecnificação, a produção desses pequenos animais é utilizada para o autoconsumo, através da produção de carne e ovos.

Os suínos aparecem em segundo lugar na frequência correspondendo a 32% dos estabelecimentos. Mas, mesmo com sua excelente habilidade para aproveitar restos alimentares, segundo os produtores de São José, os custos com esse tipo de criação são muito altos. Não há registros do que é adquirido fora da propriedade para o consumo desses animais, mas através das entrevistas, ficou evidenciado que, na maioria das vezes esse custo é maior do que o total obtido com a venda do suíno na hora do abate. Por isso, os produtores optam pela criação de apenas um casal de suínos para promover a procriação e vendem os filhotes ainda bem pequenos.

Ao contrário dos eqüinos que são utilizados para o transporte e o lazer dos produtores e aparecem em 14% dos estabelecimentos, os bovinos que estão em 17% e os caprinos/ovinos em 13% dos estabelecimentos, são responsáveis pelo fornecimento de leite, carne, pele e até adubo orgânico para ser utilizado na lavoura. É comum as propriedades comercializarem pequenas quantidades de leite para os consumidores da região. As abelhas estão presentes em apenas 2% dos estabelecimentos, do ponto de vista social e de renda, esses animais não desempenham uma função muito relevante, mas representam mais uma estratégia de sobrevivência e reprodução para os agricultores familiares locais.

A criação de pequenos animais e a produção de vegetais como milho e feijão são mantidas apenas para garantir o autoconsumo. Quando ocorre excedente, em raros casos, é destinado ao mercado, através das feiras livres.

O dinheiro obtido com essa venda é imediatamente utilizado na compra de produtos que não são produzidos na unidade familiar a exemplo de produtos industrializados. Os frangos geralmente são vendidos vivos nas feiras livres.

Segundo Wünsch (1995), o sistema de criação é definido como sendo um conjunto de elementos em interação dinâmica organizada pelo homem com a finalidade de transformar, por intermédio dos animais domésticos, determinados recursos em produtos, como leite, ovos, couro, etc. ou para responder a determinadas necessidades, como tração e lazer. Os componentes deste sistema

são os animais domésticos agrupados em lotes, e os recursos (alimentos, espaço, trabalho ou dinheiro) consumidos e transformados por esses animais.

No que diz respeito aos custos de produção a maioria dos produtores apresenta o “*controle de cabeça*”, ou seja, não utilizam nenhum tipo de registro escrito. Entendem que como a unidade de produção é pequena não há necessidade de um controle escrito e mais detalhado. As razões por eles apresentadas para esse comportamento estão ligadas ao desânimo que sentiriam em relação ao trabalho se promovessem um levantamento de custos mais detalhado, pois os resultados seriam desalentadores e mediante uma situação sem muitas alternativas o melhor é continuar procedendo como estão, embora alguns entendam ser importante promover este controle.

Na produção do fumo, mesmo utilizando técnicas agrícolas arcaicas o sistema de parceria continua a ser requisitado pelos armazéns mantendo uma tradição do passado do Recôncavo fumageiro. O armazém fornece ao produtor o adubo, a semente, e outros insumos agrícolas necessários durante o cultivo com preço específico. E, muitas vezes, visitas “fiscalizadoras”.

O produtor ao fazer uso desse serviço, ao fim da colheita, se vê obrigado a vender seu produto apenas ao armazém com o qual estabeleceu a parceria. Nesse sentido, o preço e a avaliação da qualidade do produto é estabelecido pelo armazém, que faz o desconto de tudo que o produtor já recebeu, ao levar os insumos agrícolas durante o cultivo, e o produtor recebe apenas o dinheiro restante.

Nesse sentido, não há nenhum tipo de negociação durante este tipo de comercialização do fumo. Não significa mais vantagem apenas um pouco mais de segurança. Assim, o empresário financia a safra do fumo, do plantio à colheita, e torna-se, por antecipação, dono, pois o agricultor muitas vezes entrega toda safra colhida levando para casa apenas um pequeno troco depois de pagamento dos empréstimos. Para Bastide (1980), com essa prática o empresário progressivamente vai reunindo em suas mãos a lavoura, a indústria e o comércio do fumo restando ao pequeno agricultor apenas a mera aceitação passiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na agricultura familiar, o centro de toda discussão consiste na mão-de-obra, ou seja, uma propriedade agrícola para estar dentro desses “padrões” deve,

antes de tudo, ter a integração direta entre a atividade produtiva agrícola com a mão-de-obra familiar. Em São José do Itaporã apesar dessa integração, é possível perceber a incapacidade da atividade agrícola de gerar renda suficiente para sustentar a reprodução socioeconômica das famílias. A realidade socioeconômica e cultural do tipo humano que ali vive, o seu cotidiano de privação é mais duro que de um trabalhador assalariado, muito mal remunerado, aliás, parte de um sistema econômico cujo sustento e essência vem a ser, precisamente a exploração do seu trabalho. Essa fisionomia local se remonta historicamente a realidade de um Recôncavo baseado tradicionalmente sobre a força do trabalho escravo.

Diante disso, há a necessidade de transformar essa estrutura econômica tradicional e enveredar por novos caminhos. É preciso encontrar alternativas de renda para garantir a reprodução socioeconômica dessas famílias rurais. Assim, a atividade não-agrícola tem importante participação na ocupação da mão-de-obra familiar do meio rural. Deve-se levar em consideração, na construção da definição de agricultura familiar, a participação do trabalho familiar, seja ele agrícola ou não-agrícola, na composição das estratégias de reprodução socioeconômicas.

É, portanto, dentro deste intenso processo de transformação espacial, social e econômico que se insere o questionamento sobre as estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã, que lançam mão de múltiplos e concomitantes papéis para assegurar a sobrevivência.

Vivem em pequenas propriedades com baixa capitalização, marcadas pelo tradicionalismo que atinge a produção, administração e comercialização. A ausência de programa de financiamento, assessoria e apoio a comercialização e a relativa dificuldade de permanência de grupos mais jovens na atividade agrícola contribuem para o distanciamento econômico e a defasagem tecnológica dessas unidades produtivas. A área total desses estabelecimentos é muito pequena, geralmente menos de 1ha, onde os agricultores utilizam, em média, pouco mais de 80% da área total entre o cultivo e criação de pequenos animais. Além disso, possuem uma pequena horta onde cultivam algumas verduras e legumes para a alimentação diária. As atividades agrícolas implementadas no sistema de policultura se constituem como mais uma estratégia para garantir a alimentação diária para a família. Compõe-se principalmente do cultivo de mandioca, fumo, laranja, limão, feijão, milho, aipim.

O agricultor precisa eliminar as ineficiências e distorções na sua prática agrícola para que se torne competitivo e sua produção rentável. E isso só é possível a partir do momento em que tiver acesso a inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais, ou seja, no acesso a insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização dos excedentes. Portanto, têm de se transformar em eficientes, pois *“a agricultura é uma atividade econômica e, como tal, só poderá sustentar-se se for rentável”*.(Lacki, 1996, p.24).

Outro aspecto característico da localidade é a migração. Muitos jovens deixam o distrito em busca de trabalho. Na maioria dos casos o destino ainda é São Paulo e Salvador, apesar da crescente redução no número de postos de trabalho nesses centros urbanos. E, a principal razão desse êxodo rural, não obstante a violência e o desemprego urbanos, reside na baixa remuneração da agricultura. Ainda, 68% dos estabelecimentos não conseguem remunerar a mão-de-obra familiar. Sobre a ocorrência de migração, Woortmann (1990) argumenta que este é um dos espaços sociais construídos pelos agricultores para continuarem se reproduzindo física e socialmente.

Em alguns casos, dos produtores com idade avançada, após a saída definitiva dos filhos, os agricultores reduzem suas atividades produtivas e compensam essa redução com a participação das rendas oriundas das aposentadorias rurais. A migração ocorre em maior proporção entre jovens com idade de 18 a 23 anos, ocasião em que estão preparados para o mercado de trabalho.

Os agricultores locais têm uma forma particular de vida e produção e, dependendo de como se apresentam os fatores externos, têm a capacidade de fazer intervenções que podem mudar ou contradizer as tendências que apontam para a sua exclusão ou eliminação patrocinadas pela expansão capitalista que, por diversos mecanismos, tem exercido transformações na agricultura.

Assim, apesar de pressões sobre as famílias, que tendem a favorecer a permanência de algumas unidades produtivas em detrimento de outras, o agricultor permanece nesse sistema, sobretudo pela sua capacidade de estabelecer relações culturais e sociais específicas que se destinam a preservar a comunidade em seu conjunto. Eles não mantêm o padrão de vida desejável, e utilizam como estratégia à redução nos gastos com a família, satisfazendo apenas

as necessidades básicas consideradas prioritárias em conformidade com uma vida estruturada sob hábitos extremamente simples. Apesar disso, os pequenos agricultores familiares com mais idade apresentam um elevado grau de satisfação com a vida na zona rural. Levam em conta também o convívio social, pois se aglutinam e participam conjuntamente de atividades ligadas, principalmente, ao lazer e a religião. Nota-se um sentimento de amizade e cooperação entre as famílias e pode-se verificar uma ligação entre várias delas através de casamentos realizados entre seus membros.

A situação atual dos pequenos agricultores familiares de São José do Itaporã se confunde com o atual quadro de carências de todo o Recôncavo. Portanto, traçar o perfil dos agricultores familiares de São José do Itaporã é antes de tudo fazer uma análise da situação socioeconômica da comunidade historicamente.

O baixo nível de escolaridade por parte dos produtores é um elemento desagregador que impede a utilização de recursos mínimos como a tecnologia. A tecnologia moderna, suas implicações financeiras e de gestão requerem do agricultor um grau de instrução para que possa decodificar suas instruções. A longo prazo, a melhor opção para promover o desenvolvimento da comunidade é capacitar os agricultores, pois, assim, podem tirar melhor proveito da extensão pública ou particular além de serem capazes de buscar informações nas instituições de pesquisa e interpretá-las corretamente.

Outro importante ponto de apoio na política de fortalecimento da agricultura é a disseminação das inovações produzidas para os produtores rurais e a orientação a cerca da sua adoção e de seu uso. É necessário um processo de educação informal, que atenda aos produtores, visando melhorar as suas condições econômicas e sociais, tendo como base o aumento da produção e da produtividade da agricultura. Os serviços de assistência técnica são responsáveis em parte pela promoção do homem do campo, bem como a melhoria das condições de vida já que ambos passam pelo aumento de renda.

É preciso proporcionar o desenvolvimento rural e possibilitar uma melhoria nas condições socioeconômicas dos moradores e de sua localidade. É necessário, entretanto, um projeto de desenvolvimento rural que possibilite a otimização do espaço, sobretudo, para a população mais carente.

De acordo com as propostas de Lacki (1996) o desenvolvimento das famílias rurais deve ser promovido por elas próprias. Porém, segundo ele, os agricultores não têm autoconfiança, são passivos, fatalistas, e não se dão conta de que eles mesmos são capazes de solucionar os seus próprios problemas. É necessário, portanto, uma mudança de comportamento e dos valores atuais dos agricultores. Sua proposta é *“dotar os agricultores de conhecimentos, habilidades, destrezas e atitudes para que eles mesmos queiram, saibam e possam protagonizar a solução dos seus próprios problemas...”* (Lacki, 1996, p. 21).

A associação de produtores se constitui como uma organização de importância estratégica para viabilizar essas políticas, sendo uma forma de legitimar programas de assistência junto aos camponeses. No distrito de São José do Itaporã as associações de produtores têm seus méritos reconhecidos pela comunidade. Assim, faz-se necessário apenas uma atuação mais vigorosa, procurando atingir “comunidades carentes” viabilizando ações que possam superar algumas das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares. Portanto, a associação aparece como *“uma alternativa de viabilidade econômica e melhoria social”*. É tida como uma forma de organização *“necessária para superar problemas sociais, políticos e econômicos”* (Zapata, 1997, p.11).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP, 1992. 275 p.

BASTIDE, R. **Brasil Terra dos Contrastes**. Rio de Janeiro, DIFEL, 1980, p. 68-70.

BRANDÃO, M de A. org. **Recôncavo da Bahia**; Sociedade e Economia em Transição. Salvador: Academia de Letras da Bahia (ALB/UFBA), 1997, 261 p.

BURNS, L.M. N. **História da Civilização Ocidental**. 3ª ed. Porto Alegre. Ed. Globo, 2v. 1973. 1052p.

CARVALHO. J. C. M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978. 136p.

CARDOSO, C. F. S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. 192p

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342p.

DEMO, P. **Saber pensar**. São Paulo: Cortêz, 2000, 159p.

DIEGUES JUNIOR, M. Populações Rurais Brasileiras. In. **SZMRECSANYI, I. e Queda, O. Coord. Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo. Companhia Editorial Nacional. 1973. p. 151-164.

FAO. **Relatório sobre agricultura e meio ambiente**. Rio de Janeiro. Textos para debate. 1992.

GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado**. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989. 285p.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. 10 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. 318p.

INCRA/FAO. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília. 1996, 58p.

KAGEYAMA, A. et. all. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In. **DELDAGO, G. C. Et. all. Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1986.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Flama. 1986. 329p.

LACKI, P. **Rentabilidade da Agricultura: com mais subsídios ou com mais profissionalismo?** Santiago: FAO, 1996, p.42-54.

LAMARCHE, H. (coord) **A agricultura familiar**. Campinas. Editora da Unicamp, 1993. 336p.

LÊNIN, V. J. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo. Abril Cultural, 1982 231p.(Coleção os economistas).

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**. [s.l.], Edições Loyola, [199-] 149 p.

MARTINS, G. de A. e LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000. 109 p.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 187p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. São Paulo: Atlas, 1993. 225p.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Zahar, 1978. 265p.

- NETO, W. G. **Estudo e Agricultura no Brasil**. São Paulo. HUCITEC, 1995, 235p.
- NEVES, D. P. Diferenciação socioeconômica do campesinato. In: **Ciências Sociais Hoje**. Rio de Janeiro, ANPOCS/Cortez, 1985, p. 210 – 231.
- NIKITIN, P. **Fundamentos de Economia Política**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1967, 418p.
- PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000, 5ª edição, 188p.
- QUEIROZ, M. I. P. de. **O Campesinato Brasileiro**. Petrópolis, ed. Vozes, 1973, 242p.
- _____.(Coord.) **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 81p.
- RAGO, M. Trabalho Feminino e Sexualidade. In. **Del. Priore, M. História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, 580p.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985. 322p.
- SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. Editora UF RGS. Porto Alegre, 2003, 254p.
- _____.**Agricultura familiar e Pluriatividade, as controvérsias do debate**. In: ENCONTRO NACIONAL DO PROJETO DE INTERCAMBIO DE PESQUISA SOCIAL NA AGRICULTURA, 38, 1996, Campinas: PIPSA, p.1-22.
- SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador, 2002, v.16.
- SOARES, L. E. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981. p.36 - 96.
- VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: Uma visão Histórica**. São Paulo. Editora da USP. 1991. 219p.
- VILHENA, L. dos P. **A Bahia no século XVIII**. V. 2, Salvador-Bahia. Itapuã. 1969.156.
- WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. **TEDESCO, J. C. (org) Agricultura familiar: realidades perspectivas Passo Fundo**: EDIUPF, 1999. 405p
- WOLF, E. R. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1970. 150p
- WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Jan./Jun. 1990. P.35-53.

WUNSCH, J. **Diagnóstico e tipificação de sistemas de produção: procedimentos para ações de desenvolvimento regional.** Piracicaba (SP) ESALQ, 1995 Dissertação de Mestrado em Agronomia.

YIN, R. k. **Case Study Research – design ad methods.** California: SAGE, 1984.

ZAPATA, T. **A capacitação, o associativismo e o desenvolvimento local.** Filosofia e ação do Projeto do Banco do Nordeste/PNUD. Recife: Projeto Banco do Nordeste/PNUD-BRA 93/012. 1997. 28 p. (Série de Cadernos Técnicos, 01).

CAPÍTULO 2

A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DOS PEQUENOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ¹

¹ Artigo a ser ajustado e submetido ao Comitê Editorial da Revista Científica Rural

**A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA DO PEQUENO
AGRICULTOR FAMILIAR DE SÃO JOSÉ DO ITAPORÃ,
DISTRITO DE MURITIBA. RECÔNCAVO DA BAHIA.**

RESUMO: O trabalho identifica a pluriatividade como estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã, município de Muritiba. Recôncavo da Bahia. Trata-se de um estudo de caso cujos dados foram coletados através de questionário e entrevistas. Os produtores vivem em condições de carência de infraestrutura, em pequeníssimos lotes de terra, praticando técnicas agrícolas seculares. Para assegurar a sobrevivência são impelidos a lançar mão de múltiplos e concomitantes papéis. Esse quadro poderá ser transformado através de mudanças estruturais proporcionando o acesso a terra, ao crédito, a tecnologia, a melhoria do nível de instrução despertando a autoconfiança do agricultor familiar local.

Palavras-chave: Pluriatividade, agricultura familiar, estratégia de sobrevivência.

**THE MULTI ACTIVITY AS SURVIVAL STRATEGIES OF THE SMALL FAMILY
FARMER OF SÃO JOSÉ OF ITAPORÃ, A LITTLE VILLAGE THAT BELONG TO
MURITIBA CITY, PLACED AT RECÔNCAVO OF BAHIA REGION.**

ABSTRACT: This paper identifies the multi activity as survival strategies of the small family farmer of São José of Itaporã, a little village that belong to Muritiba city, placed at .Recôncavo of Bahia region. It is a case study whose data were collected by forms and interviews. The family farmer producers live in poor conditions with lack of infrastructure, in small pieces of land, practicing secular agricultural techniques. To assure the survival they are impelled to deal with multiples and concomitant rulers. This situation can change by public policies that provide the access to the land, the loans, the technology innovation, the improvement of the education level and increasing the self-confidence.

Key words: multi activity, family farm, survival strategy.

INTRODUÇÃO

Localizado no Recôncavo da Bahia, município de Muritiba, o Distrito de São José do Itaporã é cenário de uma agricultura familiar desenvolvida em condições de carência de infraestrutura. A origem de seus agentes está ligada a descendentes de escravos que demonstraram alguma ambição para se converterem em produtores rurais.

Segundo a pesquisa de campo estes revelaram-se fatalistas, não acreditando na possibilidade de mudar as condições sociais em que vivem e 69% dos estabelecimentos possui área inferior a 1 ha. A mão-de-obra utilizada no processo produtivo é exclusivamente familiar, mas freqüentemente os membros da família precisam vender sua força de trabalho como uma forma de complementar a renda familiar.

Para assegurar a sobrevivência os pequenos agricultores são impelidos a lançar mão de múltiplos e concomitantes papéis desenvolvendo atividades agrícolas e não agrícolas. Portanto, essa combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, denominada na literatura como pluriatividade, é uma estratégia de sobrevivência que as famílias da localidade adotam para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde.

Ao contrário da maioria dos países desenvolvidos, nos quais a agricultura familiar é uma forma socialmente reconhecida e legitimada, no Brasil o reconhecimento ocorre lentamente.

No meio acadêmico uma das vertentes analíticas que mais se dedicou a agricultura familiar foi o marxismo. Daí o debate marxista sobre a agricultura e as relações sociais por ela engendradas permaneceram circunscritos ao seu papel econômico no bojo do processo de desenvolvimento do capitalismo.

Entre a década de 20 e meados dos anos sessenta, a agricultura e o mundo rural, ou seja, as relações sociais e as categorias agrárias, eram analisadas apenas do ponto de vista da acumulação do capital e da formação da estrutura de classes. O marxismo privilegiou o aspecto econômico das relações sociais no campo, mas, de acordo com Schneider (2003) teve o mérito de apontar como as formas sociais são superadas à medida que avança o processo de divisão social do trabalho na sociedade capitalista, mostrando como se dá o surgimento de novas categorias. E ainda, possibilitou profundas interpretações

sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e as modificações das sociedades rurais e agrárias.

A partir da década de 70 a literatura marxista sobre a agricultura e o mundo rural desloca-se da questão política de acumulação de forças a favor da luta de classes e passa a fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, enfatizando a estrutura social e as formas de organização produtiva que vigoravam na agricultura capitalista. Ainda no final dos anos 70 o pensamento social marxista passa a concentra-se em torno da persistência das unidades agrícolas baseadas no trabalho familiar.

E na análise do caso brasileiro e dos principais paradigmas teóricos utilizados pelas ciências sociais rurais nas últimas décadas é essencial considerar as contribuições de Abramovay (1992), que além de situar os limites epistemológicos de cada uma das vertentes teóricas afirma que os clássicos não chegaram a formular uma teoria específica para os camponeses ou agricultores, argumento antes defendido por Hussain e Tribe apud Schneider (2003).

Ao analisar o pensamento social crítico sobre a forma familiar são os fundadores que apresentam as primeiras contradições e problemas. A preocupação fundamental desses autores era política e não acadêmica e, de acordo com Schneider (2003), tentavam responder a questão se era ou não importante aos partidos de esquerda de então apostar nas alianças políticas e na capacidade revolucionária do campesinato. Daí, o que para Marx eram “produtores parcelários”, para Lenin e Engels “camponeses” e para Kaustsky “pequenos proprietários”, no Brasil corresponde a agricultores familiares. Incorporado ao pensamento acadêmico somente na década de 50 esses conceitos e idéias marxistas dizem respeito aos proprietários de pequenos lotes de terra e que utilizam predominantemente a mão-de-obra familiar.

Avançando nesse sentido outras contribuições como de Veiga (1991), Abramovay (1992) e Lamarche (1993), foram decisivas, pois divulgaram a noção de agricultura familiar, confirmando o reconhecimento e legitimação dessa forma de produção em países desenvolvidos, onde a estrutura agrária é composta por explorações que tem o trabalho familiar como elemento principal, encorajando até os grupos mais descrentes e apresentando as vantagens da agricultura familiar para garantir a segurança alimentar naqueles países.

Além disso, de acordo com Schneider (2003) esses autores impulsionaram um deslocamento teórico e analítico, pois, até então, as preocupações dos estudos rurais e agrários estavam voltadas apenas para o caráter capitalista das relações sociais. É nessa análise sobre a questão agrária que Abramovay (1992) diferencia o camponês clássico do agricultor familiar moderno, identificando as características de cada uma dessas categorias. Ressalta que a pequena unidade de produção familiar não é apenas um mero “resíduo histórico” de um processo de transformação capitalista, mas uma unidade de produção capaz de usufruir progresso técnico para produzir a custos menores.

Ele evidenciou ainda que o marxismo, por sua natureza epistemológica, não pode explicar de forma estanque, categorias como campesinato e agricultura familiar. Para o autor, a agricultura familiar atual jamais pode ser comparada a agricultura camponesa. Assim, a agricultura familiar é capaz de apresentar uma completa integração ao mercado, utilizar os avanços tecnológicos e capacidade produtiva para acompanhar as políticas do governo, ou seja, demonstrar total adaptação ao mercado capitalista de trocas ao contrário da agricultura camponesa e do que discutiam os marxistas. E partir da análise das idéias de Abramovay, Schneider (2003) afirma que a agricultura familiar, embora em alguns casos possa resultar da evolução das formas camponesas, se distingue dessa forma social pela sua inserção em um ambiente capitalista.

Mas a expressão agricultura familiar só passa a ganhar força no Brasil, com o crescimento dos movimentos sociais, na década de 90 com as discussões sobre o papel dos pequenos produtores rurais no processo de integração comercial e econômica dos países do MERCOSUL. Nesse contexto como aduz Schneider (2003):

“A expressão agricultura familiar surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos” (pág. 30).

Assim, forçou as organizações de pequenos agricultores buscarem outros blocos e novas informações sobre políticas para agricultura familiar. Além disso, o movimento sindical, prevendo as conseqüências da integração comercial e econômica para os pequenos produtores, sai em defesa social, política e

econômica, o que constitui um marco decisivo, para a defesa dos interesses dos agricultores familiares.

Mas a legitimação da agricultura familiar se amplia mesmo com a adoção da expressão “agricultor familiar” pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores) principalmente com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar) em 1996, com a finalidade de promover o crédito agrícola e o apoio institucional para o agricultor familiar que esteve sempre a margem de políticas públicas, ao longo de décadas.

A adoção do conceito “agricultura familiar” para os grupos sociais rurais que utilizam fundamentalmente o trabalho da família na execução dos processos produtivos é uma categoria que no Brasil, segundo Schneider (2003), jamais teve estatuto e significado semelhante à noção de family farming como nos Estados Unidos ou de exploitation familiale como na França. Isso devido aos resquícios das interpretações marxistas clássicas.

E a exemplo dos que defendiam o caráter feudal ou o caráter capitalista da agricultura brasileira, apud Baiardi (1999) temos os trabalhos de Guimarães (1977), de um lado e os trabalhos de Prado Junior (1996) e Furtado (1971) de outro. Assim, de acordo com Prado Junior (2000), os pequenos proprietários, os arrendatários, os parceiros e outras categorias sociais estavam contidas na noção de campesinato. Essa noção estava impregnada de um conteúdo político e ideológico daí, os camponeses eram identificados com diferentes tipos de minifúndios encontrados na estrutura agrária brasileira. Mas foi Cardoso (1979) apud Baiardi (1999) que defendeu a possibilidade teórica de um escravo ter sido pequeno produtor familiar “camponês” mostrando que a generalização do modo de produção capitalista já é uma realidade.

Concomitantemente, houve um deslocamento desse debate e os minifundiários passam a ser chamados de pequenos produtores. Conforme Porto e Siqueira apud Schneider (2003) deveu-se às tentativas do Estado de fazer frente à proliferação de movimentos políticos identificados com o campesinato, como no caso de ligas camponesas do Nordeste, e ao mesmo tempo, a emergência de uma ideologia que pregava a modernização tecnológica desses estratos sociais, integrando-os ao processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

O termo campesinato não deixou de ser usado e nesse discurso sobre pequena produção e campesinato, discutem basicamente a funcionalidade da pequena produção a exemplo dos trabalhos de Graziano da Silva (1978) com a dominante influência do marxismo clássico, os trabalhos de Gorender (1985) ressaltando as primeiras experiências das transformações capitalistas no campo motivando outras discussões e sinalizando a industrialização da agricultura antes tão divulgada por Kautsky (1986).

Tratando a pequena produção do ponto de vista da acumulação, Graziano da Silva (1981) parte da forma como está organizada a produção, buscando compreender os mecanismos de mercado, como estes atuam na formação de preços, como se dá o processo de acumulação, que mecanismo tem favorecido a apropriação dos excedentes à medida que estes são gerados e como isto tem refletido no grau de autonomia ou dependência de pequeno produtor rural.

A denominação da pequena produção não se define somente pelo critério tamanho, mas considerando aspectos da realidade como as relações sociais costumeiramente escondidas pelas formas econômicas. De acordo com Veiga, (1991) o que pretendem sociólogos e antropólogos, estudiosos da pequena produção é diferenciar essa forma de produção que chamam de pequena através de critérios socioeconômicos que pouco tem a ver com tamanho. Segundo Veiga (1991) os estudiosos preocupam-se principalmente com as idéias de “produtor de subsistência”, “campesinato”, “acumulação ou não de capital”, “produção de mercadorias”, “excedente”, “subordinação” a exemplo de Gorender (1994) ao afirmar que a propriedade da terra foi fundamentalmente para garantir uma acumulação no bojo do modo de produção capitalista.

Superando os limites do marxismo clássico ainda no final da década de 70, inspirados nas idéias de Chayanov, os estudiosos do meio rural passam a analisar os camponeses do ponto de vista da autonomia na forma de gestão da força de trabalho e do processo produtivo articulado ao sistema econômico dominante. Daí foi possível tratar dos mecanismos internos de gestão e funcionamento da economia camponesa enfatizando inclusive a relação de subordinação entre pequeno produtor e capital como explicita Wanderley (1999).

Diversos estudiosos afirmam que Chayanov representa a análise mais completa da produção familiar. Considerada universal, sua análise faz uma releitura sobre a agricultura familiar sendo que seus estudos foram realizados

considerando a realidade do campesinato russo do início do século XX, o qual já estava integrado aos mercados. Empregava o trabalho não assalariado dependendo exclusivamente dos próprios membros da família.

Pensando a pequena produção como um tipo específico de economia que se articula com o mercado capitalista, Chayanov (1974) afirma que este tipo de produção tem uma lógica interna e é responsável por sua própria reprodução.

Portanto, é possível filtrar em seus trabalhos e de seus seguidores que considera a lógica camponesa diferente da economia capitalista. Para ele a renda familiar é um todo indivisível que depende unicamente da própria unidade familiar. E mais marcante ainda em sua obra é que constata o trabalho realizado fora da unidade de produção para ampliar a renda da família.

Ainda com base na sua análise sobre a lógica camponesa, aduz que o campesinato é mais que um setor social. Não concorda com a concepção de que o camponês estaria predestinado a perpetuar-se em sua forma social estável. Defende que essa categoria tende a acompanhar as transformações, podendo também continuar apenas o modo de produção tipicamente familiar e admite que apenas em casos extremos estariam condenados à extinção. Apenas nesse sentido a abordagem de Chayanov se aproxima da abordagem marxista.

Em sua teoria o autor não faz uma análise isolada da família camponesa, limitando sua produção apenas ao consumo imediato da família, admite, portanto, que a relação entre trabalho e consumo é elemento essencial da existência do campesinato. Com base nessas afirmações, e considerando Abramovay (1992) admite-se que os camponeses passaram a agricultores profissionais, já que seu modo de vida é ao mesmo tempo sua profissão. Ambas as concepções admitem as modificações ocorridas na transição de camponeses à agricultor familiar.

Tanto no que diz respeito à produção quanto na escala social é que Queiroz (1969) chega a afirmar que o agricultor tem uma profissão que não produz apenas para autoconsumo como na sociedade camponesa, mas sim, para vender para o mercado.

As idéias de Chayanov influenciaram todas as discussões subseqüentes sobre agricultura familiar. Portanto, alguns trabalhos são de importante referência como o de Wanderley (1999) acrescentando que desenvolvimento do capitalismo no campo impõe outras formas de produção que surgem, não em substituição as tradicionais, mas como uma evolução necessária a essa categoria.

Esses produtores familiares integrados às modernas técnicas de produção estão em busca da sobrevivência familiar e para isto utilizam diferentes estratégias de reprodução.

No final da década de 80, repercutiam os trabalhos sobre as transformações recentes na agricultura, merecendo destaque os estudos de Kageyama (1986) apud Baiardi (1998) versando sobre a formação dos Complexos Agroindustriais bem como, acerca da utilização da força de trabalho contratada ou a predominância da força de trabalho familiar. E também merece destaque o trabalho de Lamarche (1993) o qual enfatiza a organização e o funcionamento dos estabelecimentos agrícolas de forma mais aprofundada.

É somente a partir de década de 90 que instituições como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e a FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e alimentação) divulgaram trabalhos no sentido de direcionar para o modelo de desenvolvimento sustentável enfatizando a diversificação produtiva tendo em vista a durabilidade dos recursos e a qualidade de vida.

Assim, muitas são as contribuições e definições conceituais atribuídas para a agricultura familiar, cada uma em conformidade com o momento histórico, com os diferentes setores da sociedade, com o objetivo do trabalho a que se propõe e com a formação e idéias de seu autor.

Para Lamarche (1993 p.15) “a exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família”. Portanto, a interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e da reprodução.

Ainda considerando a família como núcleo central das atividades desenvolvidas, Neves (1995), afirma que a agricultura familiar baseia-se na contraposição da agricultura patronal, considerando assim o modo de gestão e organização do processo de produção e, mais especificamente, a diferenciação entre predomínio de trabalho assalariado ou trabalho familiar.

Assim, considerando Abramovay apud Schneider (2003 p.41) “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a prioridade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento”. Essa

definição é muito parecida com a utilizada pela FAO/INCRA (1996). Nessa ocasião, a agricultura familiar foi definida a partir de três características, a saber:

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento;
- b) A maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) A propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996 p. 08).

Também o governo federal em relação ao PRONAF define a agricultura familiar como um subconjunto da agricultura, cujo proprietário administra e trabalha na propriedade, em conjunto com a família.

Além das definições utilizadas pelas instituições, existem outras que foram criadas por estudiosos do assunto, mas em todas há um ponto em comum para diferenciar a agricultura familiar das demais formas de exploração da terra. O que distingue a agricultura familiar é a participação da mão-de-obra dos membros da família no processo produtivo dentro da propriedade, ou seja, há a necessidade da primazia do trabalho familiar. Portanto, ainda que exista uma imensa dificuldade de caracterizar a agricultura familiar brasileira e estabelecer com precisão as diversas tipologias desse imenso conjunto de trabalhadores (que variam de agricultores de subsistência a agricultores empresariais) é possível reconhecer suas características essenciais.

Portanto, a agricultura familiar tem várias formas de se apresentar, ou seja, a composição de suas estratégias depende de aspectos importantes que compõem o meio no qual os agricultores familiares estão inseridos. Assim, ao se definir a agricultura familiar contemporânea, deve-se levar em conta todas as formas que essa categoria social apresenta, seja ela baseada no trabalho familiar não-agrícola (pluriatividade) ou com a participação do trabalho assalariado, mas que a predominância da mão-de-obra familiar (agrícola ou não-agrícola) seja preservada.

Ainda considerando o caso brasileiro, também na década de 1990, os estudiosos passaram a divulgar a importância que a agricultura de base familiar

possui para o desenvolvimento social e econômico do meio rural no país. Essa importância está relacionada com o desenvolvimento sustentável, no qual, a geração de emprego (agrícola e não-agrícola), renda, preservação do meio ambiente, produção de alimentos e o desenvolvimento local são os principais indutores do equilíbrio no meio rural, ou seja, tornar o meio rural dinâmico e capaz de manter e atrair a população. Isso resultaria num aumento do nível do bem-estar tanto da população rural como urbana.

A prova da importância que a agricultura familiar vem adquirindo no Brasil está nos estudos específicos que dizem respeito ao tema, já que a maioria data da década de 1990, mas que teve início a partir da segunda metade dos anos 80. Devido ao debate ser recente, as divergências conceituais ainda estão presentes nos trabalhos realizados sobre a agricultura familiar. E o paradigma de que a agricultura familiar não reúne condições materiais para o seu desenvolvimento não se confirma, por exemplo, nos países capitalistas avançados, mormente na Europa e Estados Unidos e como aduz Abramovay (1992) é sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas. Nestes, o agricultor interage com uma gestão eficiente da propriedade e com estratégias bem definidas de financiamento da produção e conseqüente comercialização.

Ao revés, esta realidade não é constatada no Brasil, típico representante dos países em desenvolvimento, e com grande diversidade em termos da agricultura (localização das culturas, estrutura produtiva e fundiária). No Brasil a pouca atenção destinada aos pequenos produtores é histórico, sempre traduzindo a capacidade do poder econômico de influenciar as políticas em seu favor. Ou seja, de criar imperfeições de mercado que beneficiem os grandes empreendimentos. O que se deve fazer é eliminar essas imperfeições e democratizar o acesso às políticas públicas.

Mesmo tendo historicamente como caracterização geral à falta de atenção por parte do poder público, a agricultura familiar no Brasil, em cada localidade assume características próprias e particularidades específicas. Portanto para pensar a agricultura familiar brasileira é necessário considerar suas diferentes formas de produção e rendimento nas diferentes regiões. Aliadas a isso é preciso analisar as implicações destas diferenças no processo de modernização e desenvolvimento.

Nesse sentido, não são raras as tentativas de classificar a agricultura familiar brasileira. As tipologias são desenvolvidas de acordo com o objetivo de cada trabalho e são essencialmente importantes pois, permitem um entendimento das condições diversificadas dos agricultores familiares brasileiros.

Foi nesse sentido, que Baiardi (1999) ligado à aplicação de regras de desenvolvimento sustentável, procurou evidenciar uma tipologia para a agricultura familiar brasileira a qual permite um entendimento da diversidade do produtor familiar. De acordo com o autor é possível identificar cinco tipos:

- Tipo A: A agricultura “farmerizada” que possui uma área superior a 100ha, utiliza insumos modernos e é intensamente mecanizada e tecnicada. Geralmente seus agentes têm relação com a migração de pequenos produtores das regiões de colonização européia, estão localizados principalmente no cerrado e associados a cooperativas;
- Tipo B: o tipo integrado verticalmente que opera em uma escala média, em geral até 50ha, geralmente são donos ou sócios do negócio agroindustrial apresentando uma elevada inserção no mercado. Sua origem está ligada à implantação de agroindústrias nas áreas de colonização européia e que passou a incorporar agricultores familiares com outra origem inclusive assentados em perímetro de irrigados ou projetos de colonização e reforma agrária que se diferenciaram ao acompanhar as inovações exigidas pela agroindústria.
- Tipo C: É a agricultura tipicamente colonial, cujos grupos são originados da tradição rural e camponesa. Opera em estabelecimentos com área inferior a 50ha trabalham com propósito de gerar receitas para reprodução e alguma acumulação, neste caso produzem cereais e criam pequenos animais para consumo da própria família. Este tipo não é integrado verticalmente, portanto comercializa seus produtos in natura ou transformados em escala familiar e semi-industrial.
- Tipo D: É a agricultura familiar semimercantil que opera com áreas muito variáveis, porém sempre inferior a 50ha. A origem de seus agentes está ligada aos descendentes de homens livres, inclusive nativos e de descendentes de escravos que demonstraram alguma ambição para ser produtor rural. Percebeu-se recentemente alguma

diferenciação desses agentes, que graças à intervenção estatal tem apresentado um fortalecimento do associativismo e ao surgimento de pequenas plantas agroindustriais ligadas a produtos de consumo popular.

- Tipo E: É agricultura familiar que se encontra totalmente desassistida. Seus agentes têm a mesma origem histórica do tipo D, e geralmente é desenvolvida em condições de carência de infraestrutura, em áreas com menor dotação de recursos naturais, seus segmentos populacionais geralmente são fatalista e não acreditam na possibilidade de mudar as condições sociais em que vivem. Atuam em área inferior a 50ha e as famílias precisam complementar a renda através de políticas compensatórias, aposentadorias e ajuda de parentes que migraram temporária ou definitivamente para os centros urbanos.

A tipologia apresentada pelo autor considera como elemento diferenciador a gênese, o tamanho da área e as condições de produção e inserção no mercado. Nesse sentido, o estudo dessa diversidade possibilita identificar que na região do Recôncavo da Bahia atualmente são predominantes os tipos D e E.

Em São José do Itaporã a agricultura familiar é desassistida e desenvolvida em condições de carência de infraestrutura, em áreas com menor dotação de recursos naturais, seus segmentos populacionais geralmente são fatalista e não acreditam na possibilidade de mudar as condições sociais em que vivem. Mais de 69% de seus agentes atuam em área inferior a 1ha e as famílias precisam complementar a renda através de políticas compensatórias, aposentadorias e ajuda de parentes que migraram temporária ou definitivamente para os centros urbanos.

Sem dúvida, o Recôncavo foi cenário do desenvolvimento de atividades econômicas que deram lugar a uma acumulação de riquezas durante vários séculos, mas a situação atual da região não representa essa realidade e sim, um quadro de estagnação e pobreza. Tendo como elemento diferenciador a gênese, o tamanho da área e as condições de produção e inserção no mercado a agricultura familiar da região tem uma fisionomia característica dos padrões culturais do modelo de ocupação do território do tipo colônia de exploração. Os

produtores geralmente são descendentes de escravos e trazem consigo experiências históricas de um passado recuado também de carência.

Logo, o estudo das diversas abordagens a respeito da agricultura familiar é de extrema importância para identificar a pluriatividade como estratégia de sobrevivência do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã, Recôncavo da Bahia.

MATERIAIS E METODOS

Nesta pesquisa é desenvolvido um estudo analítico e qualitativo, tendo como objeto a análise das relações sociais e produtivas desenvolvidas interna e externamente pelos pequenos agricultores familiares de São José do Itaporã, no contexto histórico da região do Recôncavo da Bahia

Para possibilitar o alcance dos objetivos, é utilizado o estudo de caso que conforme Yin (1984), possibilita a investigação de um fenômeno dentro do seu contexto aprofundando a análise de situações concretas. Realizada dentro dessas condições, de acordo com Neves (1985), essa análise é capaz de fornecer referenciais das relações sociais, das práticas de diferentes agentes, da interferência de fatores políticos, ideológicos, culturais, do jogo de forças e das representações sociais existentes. A partir da definição da área em estudo foi desenvolvido um levantamento bibliográfico proporcionando o embasamento teórico necessário para interpretar as variáveis consideradas para a análise. Foram utilizados dados secundários obtidos de fontes como jornais, revistas, publicações estatísticas do censo, do IBGE e da SEI (Anuário Estatístico da Bahia, 2002) dentre outros documentos oficiais e institucionais, como os do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Muritiba, e das Associações dos Produtores de São José do Itaporã.

Diante da ausência de dados secundários sobre as condições socioeconômicas dos agricultores familiares do Distrito de São José do Itaporã, fez-se necessário a utilização de dados primários, obtidos originariamente através de visitas exploratórias e por meio de uma coleta direta de informações através de questionários e entrevistas semi-estruturadas elaborados de modo a apreender as variáveis qualitativas e quantitativas. A pesquisa de campo foi desenvolvida no período de julho a novembro de 2003.

Os elementos qualitativos são considerados para compreender os processos sociais presentes na trajetória dos agricultores familiares locais, bem como, para analisar a natureza dos fenômenos sociais estudados. Os elementos usados na análise quantitativa foram coletados por meio de questionários e, posteriormente, os dados foram tabulados por meio do programa de Informática Excel.

Segundo Richardson (1985), há uma complementaridade muito grande entre os aspectos quantitativos e os qualitativos. Daí pode-se admitir a utilização das duas abordagens. Assim, neste trabalho, durante o planejamento da pesquisa, a coleta e a análise dos dados, não existe dicotomia entre qualidade e quantidade, pois são apenas faces do mesmo fenômeno, conforme Demo (2000).

Para Martins e Lintz (2000) o questionário com perguntas fechadas se caracteriza por ser composto de questões que podem ter várias respostas em que a pessoa questionada terá de escolher apenas uma. A grande vantagem deste tipo de questionário é a facilidade em respondê-lo e em tabular os dados coletados. Concomitantes ao questionário, também foram feitas observações que conforme Lopes (199-), as quais possibilitam a reconstrução empírica da realidade, isto é, visam coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial.

Foram aplicados 130 questionários e realizadas 62 entrevistas com pequenos agricultores e dirigentes de associações. A seleção dos entrevistados foi feita de forma a incluir representantes de todo o universo pesquisado e teve início após algumas visitas exploratórias à comunidade. Os produtores que responderam ao questionário e a entrevista foram selecionados utilizando-se da amostragem não probabilística intencional (ou por julgamento), em cuja suposição podem ser definidos os indivíduos a serem incluídos, chegando, assim, a amostras não probabilísticas satisfatórias⁴ (Mattar, 1993). Nesse sentido, as técnicas de coletas de dados foram combinadas em função dos propósitos da pesquisa. Os dados primários e secundários foram analisados junto com uma documentação sobre o objeto, fornecendo o estado atual do conhecimento sobre o tema. A qualidade dos dados permitiu, com aproveitamento integral, aplicar

⁴ A escolha dos entrevistados foi definida durante o processo, à medida que fatos emergiam e sugeriam a necessidade de novas entrevistas.

procedimentos estatísticos simples e através da análise descritiva traçar o perfil do pequeno agricultor familiar de São José de Itaporã, município de Miritiba.

A amostra é não probabilística e, de acordo com Lopes (199-) é dita significativa ou de representatividade social, ou seja, não estatística. Os métodos de tratamento dos dados foram qualitativos e quantitativos. A amostra foi fixada a partir de um índice de saturação, ou seja, à medida que as respostas começaram a se repetir, não acrescentando novos dados à investigação a amostra foi determinada. Portanto, como o universo do objeto de pesquisa, distrito de São José do Itaporã, é constituído de uma média de 2000 famílias, com pouco mais de 6% desse contingente, a amostra foi determinada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Chayanov (1974), a essência da organização da unidade camponesa é o trabalho familiar. Assim sendo, o montante de força de trabalho, sua composição e o grau de atividade na unidade camponesa são determinados pela composição e tamanho da família. Além disso, todo o esforço da mão-de-obra na unidade doméstica é dirigido para garantir o consumo da família. Portanto, é o nível de consumo doméstico que vai determinar o grau de auto exploração na unidade familiar. Sob este aspecto, a unidade camponesa difere completamente da empresa, pois ao contrário desta, cessa ou reduz a intensidade de força de trabalho quando satisfaz suas necessidades ou alcança o equilíbrio econômico (Chayanov, 1974).

Neste trabalho, foi adotado como critério para a escolha do estabelecimento agrícola a predominância da mão-de-obra familiar. Pôde-se identificar que a sobrevivência está garantida pelo sobretrabalho familiar, mas por vezes se faz necessária a contratação de uma força de trabalho externa para ajudar nas atividades diárias, constituindo-se como uma prática de assalariamento eventual, de acordo com o tamanho e a forma como é constituída a família.

Outras práticas são as atividades desenvolvidas pelos membros da família fora da propriedade. Esse assalariamento ocorre tanto na zona rural quanto na zona urbana. Um fator que tem contribuído para a geração de ocupações não agrícolas no meio rural de São José do Itaporã é a expansão dos serviços públicos de saúde e educação. Vêm crescendo no seio das famílias rurais, em

geral entre as esposas e filhas, ocupações que vão desde professora, merendeira ou auxiliar de serviços gerais na escola, até enfermeira e agente de saúde, na casa de parto ou posto de saúde da comunidade. A pesquisa evidenciou que a ocupação no comércio ou no serviço público na sede do município, ou o trabalho na fábrica de charutos ou de calçados, na cidade de Cruz das Almas, são, ao lado das já citadas, as principais formas de assalariamento urbano.

Quando se faz menção ao significado do exercício de atividades extra-agrícolas, como atividades que tem a finalidade de complementar a renda das unidades de exploração familiar Kautsky (1986 p.155) afirma que a venda da força de trabalho é uma característica da proletarização. De acordo com a pesquisa realizada, concebe-se ainda que em São José do Itaporã a venda da força de trabalho se constitui também como mais uma estratégia de sobrevivência do pequeno agricultor familiar.

Diante da incapacidade financeira de pagar um trabalhador assalariado, a necessidade de mão-de-obra é suprida, pelo somatório da força de trabalho dos chamados *diaristas*, nas épocas de plantio, colheita e outras fases do ciclo agrícola, em que a atividade puramente familiar não daria, por si só, conta da tarefa. Por isso, é possível encontrar situações em que, mesmo sendo inviável do ponto de vista do capitalista, o agricultor familiar continuará produzindo.

De acordo com as informações obtidas na pesquisa de campo, em São José do Itaporã, em nenhum imóvel pesquisado há a utilização de mão-de-obra de assalariados permanentes, e apenas em 2% do total utilizam assalariados temporários. A utilização esporádica de diarista para ajudar ocorre apenas quando, em época de plantio e colheita, a mão de obra familiar não é suficiente para o volume de trabalho, ou seja, somente em casos extremamente necessários. Também os chamados de “*empreiteiros*”, os trabalhadores diarista são recrutados apenas em casos extremos. Essas necessidades ocorrem principalmente nas propriedades onde os filhos não estão em idade de participar das atividades agrícolas ou ainda, quando há predominância de idosos.

A rotatividade dessa mão-de-obra é, assim, condição essencial, o importante é contar com ela na safra e desfazer-se imediatamente após. Daí resulta, aliás, todo um complexo de situações materiais e sociais que, ao mesmo tempo, são uma conseqüência do caráter e da função migratória dessa mão-de-obra e, por outro lado, visam precisamente assegurá-la, já que a sua renda

durante a colheita da laranja, limão ou do corte da mandioca e fumo é tão importante quanto a sua partida quando a safra termina. Daí, mesmo sem perceber, eles realizam esforços para reduzir os custos de produção e em 55% das propriedades a mão-de-obra é composta unicamente por membros da família. Tendo como base o uso do trabalho familiar, é possível manter uma produção através do tempo e desenvolver um conjunto de práticas adaptadas às necessidades e recursos do meio e da unidade familiar (Altieri, 1998). Este equilíbrio interno torna aceitáveis as baixas remunerações na unidade familiar, permitindo-lhe resistir às piores situações econômicas.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família, conforme Schneider (2003) caracteriza e define o fenômeno denominado de pluriatividade. E tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo, como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica.

De acordo com a pesquisa de campo, 5% dos agricultores executam atividades agrícolas fora do seu estabelecimento e 6% desenvolvem outros serviços complementares à renda. Nesse sentido, a pluriatividade é uma estratégia de reprodução social econômica dos agricultores familiares visto que a integração à divisão social do trabalho não é resultado da produção agrícola, mas principalmente das atividades não agrícolas e da integração com o mercado de trabalho.

Em São José do Itaporã essa complementaridade entre o trabalho agrícola e não agrícola está relacionada à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe sua capacidade concorrencial e reduz a sua renda a níveis que obrigam essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar.

A escassez de terra para a prática da agricultura conduz os agricultores a fazerem uso de formas alternativas para prover a subsistência da família. A parceria, o alugado, a empreitada, o negócio, o assalariamento rural ou urbano são estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias. Todas com o objetivo de alcançar o equilíbrio econômico a que se refere Chayanov. O termo “empreitada”, conforme Ferreira (1995) quer dizer trabalho ajustado para pagamento global, e não a dia; por “negócios” entende-se a atividade de comprar, vender e revender produtos diversos. Esta operação pode ser realizada em casa

ou na feira. Trabalhar no "alugado" significa desenvolver atividades agrícolas no "pedaço de terra de outrem" mediante o pagamento em dinheiro, sendo combinadas antecipadamente as tarefas a serem executadas. O "alugado" não é comum em São José do Itaporã. Só em casos extremos, "quando não se consegue uma ponta de terra para botar um roçado". A maioria prefere mesmo é a "parceria". O trabalho externo se torna uma necessidade e assume cada vez mais importância no meio social e econômico onde os agricultores estão inseridos.

As políticas do governo de combate à pobreza rural no Brasil, sejam elas de caráter estrutural ou políticas compensatórias não alcançam verdadeiramente o problema. São programas geralmente compensatórios e se revelam insuficientes já que a pobreza no meio rural é alimentada por uma distribuição desigual dos fatores de produção e que segundo FAO (1992) é resultante de uma combinação de políticas macroeconômicas e agrícolas que reforçaram a natureza excludente de desenvolvimento ao qual historicamente, não foi dada a devida prioridade. O grupo de agricultores familiares de São José do Itaporã caracteriza-se principalmente por apresentar uma complementaridade entre rendas agrícolas e rendas não-agrícolas (pluriatividade).

Vale ressaltar que em São José do Itaporã a contribuição dessas políticas compensatórias é ainda pouco presente. O único benefício em favor das famílias dos pequenos produtores é a Bolsa-Escola Federal. A Bolsa-escola que é um benefício do governo federal tem como objetivo incentivar a permanência dos alunos do Ensino Fundamental de 7 a 14 anos na escola. Esse benefício é pago diretamente às famílias com o Cartão Cidadão através da Caixa Econômica Federal e corresponde ao valor de R\$15,00 para cada filho podendo chegar até R\$ 45,00 para as famílias que têm três ou mais filhos com esse perfil.

Portanto, conforme pesquisa de campo, 29% das famílias pesquisadas recebem apenas a Bolsa-escola, a qual passa a ser o único tipo de política compensatória para complementar a renda. Além dessas famílias, mais 9% recebem a Bolsa-escola e uma aposentadoria rural no valor de um salário mínimo, e 18% das famílias têm pelo menos um aposentado em casa e ainda, 2% recebem remessas regulares de dinheiro por parte de familiares que migraram para os grandes centros e se urbanizaram.

Assim, analisando os dados sobre as rendas não agrícolas, a pesquisa esclareceu que 42% das famílias não recebem outro benefício e vive exclusivamente das atividades agrícolas e venda do excedente produzido. A maioria dos agentes, 58% recebe algum tipo de complemento para a sua renda total. Portanto, a participação de rendas não-agrícolas é representativa na composição da renda total das famílias estudadas.

A renda oriunda da agricultura é gerada pelo comércio do excedente da produção e da criação de pequenos animais. As atividades alternam-se em grau de importância, pois, em determinadas épocas, a renda provém do fumo com maior destaque econômico, em outras da mandioca, da laranja e do limão.

Durante a pesquisa, evidenciou-se que o pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã, não realiza qualquer tipo de registro a respeito da produção. Daí, o total produzido e o que é consumido pela família, além do excedente da produção e o valor recebido com a sua venda, não são quantificados pelos produtores. Assim, os dados sobre o extrato da renda mensal, embora descreva fielmente os dados coletados durante a pesquisa, podem não refletir da mesma forma a realidade das famílias.

De acordo com INCRA/ FAO (1999) no Brasil a média, salário mínimo por família é 1,3. Assim, usando como parâmetro o salário mínimo, os dados coletados revelaram que o nível de renda da população de São José é baixo. De acordo com os dados da pesquisa de campo, considerando a renda em salário mínimo e a constituição dessa renda, foi possível diferenciar cinco grupos.

O grupo predominante é composto por 60% das famílias pesquisadas em que a renda corresponde a até 1 salário mínimo, estando abaixo da média nacional. O grupo desses agricultores é formado, geralmente por produtores cuja propriedade tem menos de 1ha de terra, vendem sua força de trabalho em forma de diária nos estabelecimentos vizinhos e na família em sua maioria têm filhos com idade Pré-escolar, cuja força física e vigor ainda não são suficientes para o trabalho agrícola e também não recebem os benefícios do Bolsa Escola Federal.

Quase nessa mesma situação econômica tem-se o grupo formado por 24% dos produtores pesquisados cujos rendimentos mensais são de 1,1 a 3 salários mínimos. Esse grupo é formado por produtores cuja renda é composta por atividades agrícolas e não-agrícolas. Assim, embora recebam aposentadorias estão em pleno vigor e utilizam sua força física para conduzir a produção agrícola

no estabelecimento, garantindo a expansão da renda com a venda do excedente produzido.

Em contraposição a esses grupos, 3% dos produtores têm rendimentos mensais acima de 5 salários mínimos. Trata-se de um grupo social dinâmico, que não representa a realidade da maioria dos agricultores da região. Possuem mais de 10ha de terras e caracterizam-se por uma certa disponibilidade de equipamentos e instalações. Esses produtores possuem micro-trator, caminhão e galpões. Também se pode destacar, nesse caso, a ausência de rendas oriundas de atividades não-agrícolas. Esse grupo, além de utilizar toda mão-de-obra familiar em suas atividades agrícolas, busca com a contratação de assalariados temporários complementar suas necessidades de mão-de-obra.

Situação semelhante é vivida pelo grupo que tem renda mensal entre 4,1 e 5 salários mínimos. Representando 4% dos produtores, ao invés de utilizar a mão-de-obra de assalariados temporários eles utilizam apenas diaristas para complementar a necessidade de mão-de-obra.

E entre esses dois extremos, tem-se 11% dos produtores que dispõem mensalmente de 3,1 a 4 salários para garantir a sobrevivência. Esse grupo embora com características variadas, ficou evidente, que percebem renda não-agrícola e utilizam a mão-de-obra de diaristas para complementar o trabalho familiar.

Salienta-se, ainda, que os agricultores familiares estudados embora em termos de estado da arte implemente o mesmo sistema de produção, diferenciam-se na participação das rendas de aposentadorias e benefícios na composição da renda total e nas benfeitorias realizadas nos estabelecimentos. Analisando as benfeitorias realizadas no estabelecimento nos últimos anos, os estabelecimentos nos quais a renda agrícola é complementada com a renda não agrícola, apresentaram mais benfeitorias. As propriedades desse grupo de agricultores apresentam alguns aspectos que as diferenciam das demais propriedades, apesar de desenvolverem as mesmas práticas agrícolas e disporem dos mesmos fatores de produção. Os estabelecimentos apresentam melhor estado de conservação, têm a posse de uma quantidade maior de bens materiais, entre eles móveis, eletrodomésticos, bicicleta e moto.

Durante a análise da pesquisa considerou-se como “membro da família” as pessoas que vivem no mesmo estabelecimento, sejam parentes de primeiro grau

ou colateralidade. E mesmo considerando as famílias mais numerosas que aglomeram sobrinhos, enteados, genro/nora/netos e colateralidade, apenas 10% delas possui mais de dez membros e 25% possui entre 8 e 10 familiares que vivem no mesmo estabelecimento. Verificou-se ainda que a maior frequência do tamanho familiar, 38% delas, possui entre 5 e 7 membros. E em segundo lugar na frequência, com 27% do total das famílias pesquisadas, estão as famílias com 2 a 4 pessoas no mesmo estabelecimento.

Para manter uma família que, geralmente, tem de cinco a sete pessoas, e satisfazer as necessidades básicas como alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene e transporte, observou-se na maioria dos estabelecimentos pesquisados, que a renda total destes agricultores, não é suficiente para suprir todas essas necessidades.

Durante a pesquisa realizada observou-se que a insuficiência de produção de alimentos devido à falta de terras disponíveis para a atividade agrícola na unidade doméstica levou o agricultor familiar local a orientar sua força de trabalho para outras atividades.

A pesquisa de campo revela ainda o êxodo dos jovens em direção aos centros urbanos em busca de capacitação técnica. Essa desistência dos jovens de permanecer na atividade agrícola, em troca de educação e de novas perspectivas profissionais, tem se acentuado nos últimos anos. É a busca dos filhos dos agricultores por ocupações não-agrícolas, justificada por eles pelos seguintes fatores:

- Pouca disponibilidade de terra para desenvolver as atividades agrícolas;
- Dificuldades em colocar os produtos no mercado, ou ainda, submissão à determinação de preços pelos *atravessadores*;
- A atividade agrícola é manual e exaustiva precisando, muitas vezes, trabalhar nos finais de semana sem ter direito a férias, décimo terceiro salário e carteira assinada;
- Busca de independência financeira, já que a renda produzida na propriedade é controlada pelos pais;

A média de idade encontrada entre os produtores foi de cerca de 44 anos, o que demonstra uma tendência, principalmente entre os mais jovens, em diversificar a origem da renda principalmente através do trabalho assalariado.

Sendo fato é que São José do Itaporã apresenta uma inclinação à diversificação da renda, seja através de atividade não-agrícola ou aposentadorias. A tendência é que as atividades agrícolas se convertam gradativamente em atividades *part-time*.

Segundo Graziano da Silva (1999) o *part-time farmer*, também traduzido como agricultura em tempo parcial, é a síntese do agricultor que não se ocupa integralmente com as atividades agrícolas. Combinando as atividades agrícolas com os diversos tipos de atividades não-agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento, o agricultor se torna cada vez mais autônomo em relação ao meio rural. E, com a renda obtida, esse grupo de agricultores garante a reprodução socioeconômica do estabelecimento familiar.

Essas atividades *part-time* representam uma tendência da agricultura européia que ao combinar as atividades agrícolas e não-agrícolas fora do estabelecimento, conforme Mingione e Pugliese (1987), evidencia uma menor especialização da divisão social do trabalho. Isso ocorre principalmente devido a crescente industrialização da agricultura e do conseqüente aparecimento de novas formas de trabalhos a domicílio.

Nesse sentido, o *part-time farmer*, agricultor em tempo parcial, e a pluriatividade são conceitualmente semelhantes e constituem-se como uma estratégia de sobrevivência para o pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em condições favoráveis de acesso a terra e de produção, o agricultor familiar costuma utilizar toda a sua força de trabalho na própria unidade. Mas existem situações em que a terra ou os meios de produção disponíveis não são suficientes para produzir o necessário para suprir as necessidades ou para a utilização total da força de trabalho da família. Nesses casos, o excedente de mão-de-obra se volta para outras atividades, buscando alcançar o equilíbrio econômico.

Em São José do Itaporã foi possível constatar a predisposição dos agricultores para trabalhar fora da unidade doméstica, à medida que os recursos obtidos nas atividades agrícolas dentro da unidade de produção são insuficientes para manter o consumo mínimo da família.

A característica pluriativa das famílias é definida quando pelo menos um membro da família exerce alguma atividade não-agrícola, seja ela principal ou secundária. Essa mão-de-obra não-agrícola é considerada sinônimo de “tempo parcial”. Ou seja, o trabalhador está ocupado na atividade agrícola dentro da propriedade e exerce uma segunda atividade de caráter secundário (esporádica). Portanto, o indivíduo pluriativo é aquele que exerce uma atividade não-agrícola tanto dentro (agregação de valor ao produto agrícola através da transformação) quanto fora da propriedade em tempo integral ou parcial. Assim, pode-se dizer que o trabalho de “tempo parcial” está contido no conceito de pluriatividade.

Em conformidade com a pesquisa desenvolvida, a pluriatividade se constitui como mais uma estratégia de sobrevivência do agricultor. Assim, a pluriatividade é de suma importância para garantir a reprodução socioeconômica das propriedades agrícolas familiares do Distrito de São José do Itaporã, município de Muritiba, influenciando positivamente os sistemas de produção implementados pelos agricultores familiares desse município.

Com base nesses dados, afirma-se, em relação a esse grupo de agricultores, que, se eles não utilizassem como estratégia a complementação da renda agrícola com atividades agrícolas e não agrícolas fora do estabelecimento, seria muito difícil garantir a sobrevivência e manter sua reprodução socioeconômica. Com essas atividades complementares, conseguem ampliar seu padrão de vida, investindo na propriedade. A renda não-agrícola cumpre um importante papel social possibilitando a ampliação da capacidade de investimento na atividade agrícola desses estabelecimentos. Os agricultores que implementam o sistema de produção pluriativo, com primazia das rendas agrícolas, procuram conciliar as atividades agrícolas com as não-agrícolas a fim de promover sua reprodução socioeconômica.

Para boa parte dos pequenos agricultores, o trabalho fora da propriedade representa a garantia de reprodução social, enquanto que a agricultura no estabelecimento é uma atividade de autoconsumo, na qual buscam produzir e, no caso de obter excedentes, conseguir uma renda extra. Nesse sistema de produção, a agricultura tem o papel de uma atividade complementar em relação às atividades não-agrícolas. Tratando-se de um grupo social cujos estabelecimentos apresentam baixo nível tecnológico e uma agricultura basicamente destinada à

subsistência esta “fusão” das atividades agrícolas e não-agrícolas se constitui como uma importante ferramenta.

Todos os recursos disponíveis são destinados a sobrevivência, associados à decisão de quais operações devem ser executadas e quais insumos adquiridos. Tudo visando a continuidade do processo produtivo, mantendo o sistema de unidade de produção em funcionamento, não comprometendo seu objetivo principal que é a sobrevivência.

Em São José do Itaporã, pode-se considerar a existência de inúmeros problemas e dificuldades em torno dos pequenos agricultores e inspirada na proposta de Lacki (1996) classificá-las em duas categorias, problemas externos e problemas internos. Os problemas externos são aqueles que se originam fora das propriedades e comunidades, cuja solução não depende ou está fora do controle dos agricultores como: terra insuficiente, falta de capital; exclusão da maioria dos serviços de apoio e assistência técnica; a escassez e burocratização do crédito; limitada inserção no mercado. Já os problemas internos se originam dentro das propriedades e comunidades, cuja solução geralmente está, ao alcance dos agricultores. Como problema interno de São José do Itaporã, fica evidente a falta de capacitação dos agricultores para: administrar suas propriedades com eficiência; aumentar rendimentos por superfície e por animal; agregar valor aos produtos e reduzir custos unitários de produção; desenvolver o seu potencial humano e elevar sua autoconfiança e o desejo de superação; identificar as causas internas que dão origem a seus problemas; comercializar os excedentes em condições favoráveis.

Para que os pequenos produtores alcancem esse nível de desenvolvimento o modelo sugerido por Lacki (1996) defende que esteja ao alcance dos agricultores tecnologias apropriadas, organização e capacitação para utilizar integral e racionalmente recursos próprios e aplicar adequadamente tecnologias compatíveis com tais recursos. Conforme Molina Filho (1974) isso provocaria a transformação das pequenas unidades agrícolas em verdadeiras empresas familiares.

Por falta destes elementos, de acordo com Lacki (1996, p.38) os agricultores “gastam desnecessariamente mais do que deveriam gastar e produzem menos do que poderiam produzir”. E acrescenta, “antes de oferecer-lhes os recursos adicionais é necessário capacitá-los para que utilizem integral e

racionalmente os recursos que já possuem”. Essas propostas sugeridas por Lacki se enquadram perfeitamente diante da realidade dos pequenos agricultores familiares de São José do Itaporã. Portanto para minimizar as dificuldades enfrentadas, o modelo a ser desenvolvido na comunidade em estudo tem que iniciar pela busca de soluções dos problemas internos às propriedades. Porém, este processo não deve ocorrer de forma paternalista, dependente de crédito, subsídios ou protecionismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: UNICAMP, 1992.275 p.

ALTIERI, M. **Agroecologia: A Dinâmica Produtiva da Agricultura Sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BAIARDI, A. **Neoprodutivismo, Neoassociativismo e Turismo Campestre: outras faces do novo rural**. Cadernos CRH. Salvador, n. 1, 1998. p.11-25.

_____. **Formas de Agricultura Familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.

CARDOSO, C. F. S. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. 192p

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342p.

DEMO, P. **Saber pensar**. São Paulo: Cortêz, 2000,159p.

FAO. **Relatório sobre agricultura e meio ambiente**. Rio de Janeiro. Textos para debate. 1992.

FAO/PNUD/MARA. **Principais indicadores sócio-econômico dos assentamentos de reforma agrária**. Dez.1991. (Relatório Final do Projeto BRA 87/022).

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2.ed rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1995. 1838p.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.248 p.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. São Paulo. Editora Ática, 1985.p.12- 89.

GRAZIANO da SILVA, J. (coord). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1978. 267p.

_____. **O novo mundo rural brasileiro**. Campinas, São Paulo, UNICAMP / Instituto de Economia, 1999, 150p.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1977 4ª ed.

IBGE. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro. 2000.

INCRA/FAO. Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico. Brasília. 1996, 58p.

INCRA/ FAO. **Sistema Nacional de Cadastramento Rural**. 1999.

KAGEYAMA, A. et. all. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos CAIs. In. **DELDAGO, G. C. Et. all. Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1986.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Flama. 1944. 329p.

LACKI, P. **Rentabilidade da Agricultura: com mais subsídios ou com mais profissionalismo?** Santiago: FAO, 1996, p. 42-54.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar**. Volume 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 336p.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**. [s.l.], Edições Loyola, [199-] 149 p.

MARTINS, G. de A. e LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000. 109 p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. São Paulo: Atlas, 1993. 225p.

MINGIONE, E. & PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n.22, p.81-92 (abr),1987.

MOLINA F. J. **Classificação e Caracterização Sócio-Econômica dos Agricultores**. Porto Alegre, XII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Economistas Rurais. 1974. 65p.

NEVES, D. P. **Agricultura familiar: questões metodológicas**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Brasília, v. 25, nº 2 e 3 1995, p. 21-36.

_____. Diferenciação socioeconômica do campesinato. In: **Ciências Sociais Hoje**. Rio de Janeiro, ANPOCS/Cortez, 1985, p. 210-231.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000. 5ª edição 188p.

QUEIROZ, M. I. P. de. (Coord.) **Sociologia rural**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. 81p.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985. 322p.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na agricultura familiar**. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2003. 254p.

SEI. **Anuário Estatístico da Bahia**. Salvador, 2002, v.16.

VEIGA, J. E. da. **O desenvolvimento agrícola: Uma visão Histórica**. São Paulo. Editora da USP. 1991. 219p.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. **TEDESCO, J. C. (org) Agricultura familiar: realidades perspectivas Passo Fundo**: EDIUPF, 1999. 405p.

YIN, R. k. **Case Study Research – design ad methods**. California: SAGE,1984.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido no distrito de São José do Itaporã teve como preocupação essencial identificar as estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar. Assim, a fala dos atores, suas informações e a observação de suas ações e do contexto foram imprescindíveis para elucidar a questão colocada.

Observou-se a existência de uma racionalidade própria no grupo estudado e todas as ações visam assegurar a manutenção e a reprodução da família, contrariando a lógica da racionalidade capitalista em que os fatores produtivos são maximizados para a obtenção da elevação do lucro. O principal fator de produção utilizado por eles é a mão-de-obra familiar. Portanto, a composição e o tamanho da família determinam o grau de atividade nos estabelecimentos, pois são responsáveis pelo montante de força de trabalho a ser empregado.

A situação socioeconômica em que vivem é típica dessa categoria social em diversas localidades do Recôncavo da Bahia, que se cristalizaram historicamente. Esse cenário de estagnação e pobreza conduz o pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã a elaborar estratégias com o objetivo de garantir o suprimento das necessidades de consumo da unidade familiar.

Durante o percurso, foi possível identificar e analisar as principais características do pequeno agricultor traçando seu perfil. Observou-se os tipos de culturas e de criações, a estrutura fundiária, as técnicas praticadas, as infra-estruturas sociais e produtivas procurando evidenciar as estratégias de sobrevivência do pequeno agricultor familiar de São José do Itaporã.

O enfoque teórico sobre o Recôncavo da Bahia e agricultura familiar foram utilizados para estabelecer relações com o Distrito de São José e para analisar os dados. E ainda, foi necessário fazer um recorte sobre a atividade produtiva principal do Recôncavo, ao longo dos anos, para compreender que a fisionomia atual da região é resultado de um processo histórico. No entanto, isso se

constituiu como um desafio devido à ausência de documentos oficiais sobre a região e a localidade escolhidas.

Como no passado, século XVI e XVII, os produtores locais não estavam dotados dos atributos necessários ao desenvolvimento (educação e formação profissional) os mesmos não conseguiram acompanhar as transformações e ficaram à margem do mercado. Carentes de infraestrutura, tecnologia e crédito lançaram mão de múltiplos e concomitantes papéis para lograr a sobrevivência. Mas, a característica mais marcante desses produtores é a descrença na própria capacidade de mudar as condições em que vivem. São, por um lado, fatalistas e, por outro, comodistas aceitando passivamente a vida calcada em hábitos bem simples.

Compreendendo a situação atual da localidade, em suas relações socioeconômicas, como um fenômeno complexo, a maior contribuição desta pesquisa foi sinalizar as principais características desses pequenos agricultores identificando suas estratégias de sobrevivência. No entanto, não se tem a pretensão de encerrar o estudo desse objeto, mas sim aguçar a continuidade.

Toda análise foi desenvolvida com base nas unidades de exploração familiar e os resultados podem se constituir como uma ilustração das correntes teóricas que procuram avançar em relação à teoria marxista. Trata-se de pequenos produtores familiares pouco capitalizados, mas que, conseguem sua reprodução utilizando diversas estratégias. Ao contrário do que ressalta a corrente marxista, é possível a permanência desses agricultores sob o capitalismo, desde que suas potencialidades sejam devidamente desenvolvidas garantindo a melhoria das condições de vida e superação das dificuldades do processo produtivo.

Como resultado deste exercício de conhecimento empírico, pôde-se realizar a caracterização do distrito de São José e afirmar que seu sistema de produção é um indutor do “*part-time farmer*” e da pluriatividade. Essa é a alternativa viável porque utilizando técnicas agrícolas seculares e dispondo de pequeníssimos lotes de terra, a produção local é para auto-consumo, gerando pouco excedente. Em conseqüência apresentam pouca integração ao mercado, renda insuficiente e difícil condição de reprodução social.

Algumas dessas questões se relacionam com a origem da ocupação desta região e com o surgimento de sua principal atividade produtiva no século XVI e

XVII. Assim, a fisionomia do local é influenciada pelo cultivo açucareiro e fumageiro do passado e as formas assumidas atualmente pela agricultura são resultado de um processo histórico que também se confunde com a história do Recôncavo.

Diante de uma situação socioeconômica complexa, os pequenos produtores utilizam diversas estratégias para garantir as condições essenciais de sobrevivência e reprodução. As condições climáticas favoráveis, a manutenção de um padrão de vida com hábitos simples, os laços de amizade entre as famílias e a falta de credibilidade no próprio potencial para galgar melhores condições de vida, se constituem como principais motivos para a permanência do pequeno produtor na localidade.

Vivendo num cenário de dificuldades, o agricultor familiar de São José do Itaporã, enquanto grupo social historicamente constituído, precisa ser aguçado por uma proposta de desenvolvimento específica e adequada às características da região. E, além de fornecer alimentos, poderia desempenhar um importante papel no desenvolvimento local fornecendo matéria prima para a indústria, a preços baixos, gerando emprego e renda.

A pesquisa evidenciou que a localidade apresenta intensas potencialidades e viabilidade de crescimento e desenvolvimento. Parte das limitações detectadas poderão ser solucionadas quando os produtores tiverem consciência da importância que têm, abandonando o isolamento e atuando através de uma ação coletiva. As formas coletivas de produção e comercialização se apresentam como uma alternativa concreta, através da prática da cooperação e associativismo.

Como políticas voltadas para o local, salienta-se a necessidade de maior integração entre setor público, associação e sindicato na tentativa de viabilizar uma cooperativa agrícola, procurando possibilitar, a baixo custo, programa de assessoria técnica e econômica para esses pequenos produtores. Apesar da existência de fatores limitadores, a cooperativa pode ser vista como alternativa. Essa melhoria não só refletirá na própria modernização do setor como em maiores arrecadações e nível de emprego e qualidade de vida.

O isolamento, no momento da produção e comercialização faz o pequeno produtor da localidade ficar cada vez mais longe das condições ideais. Por isso, o cooperativismo pode ser apresentado como uma maneira de fazer o pequeno produtor driblar as dificuldades enfrentadas frente ao processo de modernização

estabelecido e participar de forma mais efetiva do mercado. Como expõe Wanderley (1985) a cooperativa ajuda o pequeno produtor a reprimir os financiamentos bancários e a garantir os contratos estabelecidos. Pode-se dizer ainda, que a cooperativa possibilita uma otimização da produção e conseqüente superação da debilidade socioeconômica do agricultor familiar.

Concomitante ao cooperativismo, as tecnologias, as prioridades de pesquisa e a política econômica precisam objetivar o incremento do excedente gerado pela agricultura local. O uso de tecnologia atrasada, a falta de crédito, os baixos níveis de escolaridade dos produtores e as limitações de assistência técnica, são os principais fatores que limitam uma alocação de fatores regional e o acesso dos agricultores à padrões modernos de eficiência, impedindo-os de desfrutar um padrão de vida melhor.

Apesar de muitos autores apontarem o crédito como um grande perigo devido à dependência que gera, ele se faz necessário para os agricultores familiares estudados, pois permitirá ampliação da área plantada e melhoria das condições de produção através da utilização de insumos mais modernos e adequados. Conforme estudos realizados por Chayanov (1974), a disponibilidade de meios de produção e a amplitude de possibilidades para realizar o trabalho determinam o nível de produção da unidade camponesa.

Assim, o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em São José do Itaporã só se darão através da priorização de investimentos públicos para garantir serviços de assistência técnica comprometidos com a adaptação aos meios de produção familiar, articulado a uma política de produção de alimentos e ampliação do excedente de produção. Para a comunidade, a agricultura familiar será muito mais viável a partir de uma economia solidária, combinada ao uso de novas tecnologias e diversificação dos meios tradicionais de produção.

O estudo sobre as estratégias de sobrevivência e reprodução dos agricultores familiares de São José do Itaporã, levando em conta a relação com as condições locais (ambientais, sociais, econômicas), é um tema que merece ser aprofundado, em virtude da sua importância como fonte de informações no auxílio às agências de desenvolvimento que pretendem introduzir em suas políticas mecanismos e instrumentos capazes de contribuir para que efetivamente ocorra o desenvolvimento local. Espera-se, portanto que as respostas encontradas nesta

pesquisa possam contribuir para orientar, no futuro, o processo de intervenção dos órgãos públicos junto a estes produtores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

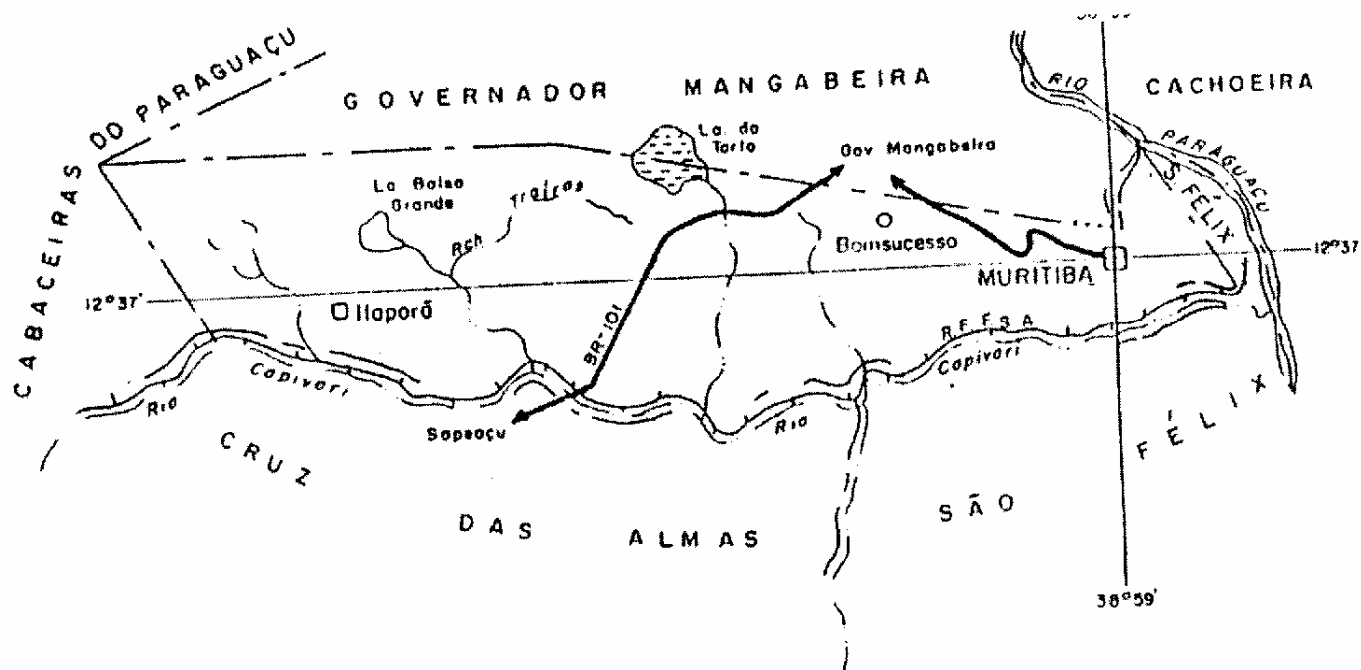
CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974, 342p.

WANDERLEY, M. de N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital.** Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v. 2, n.1, p. 12-81, jan./abr. 1985.

ANEXOS

ANEXO A

MURITIBA



Mapa provisório sujeito a alteração
 FONTE CEI
 BASE CARTOGRÁFICA Folhas topográficas Esc. 1:100.000

SUDENE

CIDADE



VILA



POVOADO



LIMITE INTERESTADUAL



LIMITE INTERMUNICIPAL



LIMITE PROVISÓRIO



RODOVIA PAVIMENTADA



RODOVIA IMPLANTADA



FERROVIA



CURSO D'ÁGUA PERMANENTE



CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE

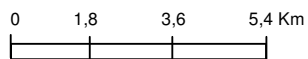


FIGURA 1 – Mapa de Muritiba

ANEXO B

TABELA 1. Variação da área por propriedade em São José do Itaporã.

Tamanho da propriedade	Estabelecimento	%
Menos de 1 ha	79	69%
De 1.0 ha a 2.5 ha	15	13%
De 2,6 ha a 5 ha	9	8%
De 5.1 ha a 10 ha	8	7%
Mais de 10 há	3	3%
Total	114	100%

Fonte: Pesquisa em campo 2003

TABELA 2. Aquisição e condição legal da terra

Condição	Frequência	%
Compra	59	52%
Herança	30	26%
Cedida	13	11%
Arrendada	4	4%
Indenização	8	7%
Total	114	100%

Fonte: Pesquisa em campo, 2003

TABELA 3. Principal produto cultivado por propriedade

Produto	Número de propriedade	%
Mandioca	49	43%
Fumo	37	32%
Laranja	13	11%
Limão	10	9%
Feijão	4	4%
Milho	1	1%
Total	114	100%

Fonte: Pesquisa em campo 2003.

TABELA 4. Produção animal

Especificação	Propriedade	%
Bovinos	19	17%
Eqüinos	16	14%
Caprinos/Ovinos	15	13%
Frango	108	95%
Abelha	2	2%
Suínos	36	32%
Nenhum	6	5%
Total	202	

Fonte: Pesquisa em campo 2003

TABELA 5. Relações de trabalho e mão-de-obra nos estabelecimentos em São José do Itaporã.

Tipo de Mão-de-obra utilizada	Freqüência	%
Assalariados permanentes	0	0%
Assalariados temporários	2	2%
A família e diaristas	49	43%
Somente membros da família	63	55%
Total	114	100%

Fonte: Pesquisa em campo 2003

Tabela 6 . Origem da renda familiar mensal

Tipo	Número	%
Renda exclusiva do estabelecimento	101	89%
Renda do estabelecimento e de diárias na agricultura	6	5%
Renda do estabelecimento e de serviços não agrícolas	7	6%
Total	114	100%

Fonte: Pesquisa em campo 2003

Tabela 7 - Rendas não agrícolas

Benefícios recebidos	Número de famílias	%
Apenas aposentadoria	21	18%
Apenas bolsa escola	33	29%
Bolsa escola e aposentadoria	10	9%
Ajuda de parentes que migraram para as cidades grandes	2	2%
Nenhum	48	42%
Total	114	100%

Fonte: Levantamento de campo 2003

TABELA 8. Renda mensal familiar em salário mínimo em São José do Itaporã

Estrato de renda mensal	Número de famílias	%
Até 1 salário mínimo	68	60%
De 1,1 a 3 salários mínimos	27	24%
De 3,1 a 4 salários mínimos	12	11%
De 4,1 a 5 salários mínimos	4	4%
Acima de 5 salários mínimos	3	3%
Total	114	100%

Fonte: Levantamento de campo 2003

TABELA 9- Número de membros da família por estabelecimento

Número de membros	Número de famílias	%
De 2 a 4 pessoas	31	27%
De 5 a 7 pessoas	43	38%
De 8 a 10 pessoas	29	25%
Mais de 10 pessoas	11	10%
Total	114	100%

Fonte: Levantamento de campo 2003

ANEXO C**QUESTIONÁRIO****1. Identificação do agricultor:**

- a. Nome : _____ Idade: _____
- b. Nome da esposa: _____ Idade: _____
- c. Localização do domicílio: _____ Município; _____
- d. Há quantos anos reside na comunidade ? _____

2. Dados demográficos e educacionais da família.

a. Grau de escolaridade do produtor :

- | | | | |
|---------------------|-----|------------------------|-----|
| Superior completo | () | Fundamental completo | () |
| Superior incompleto | () | Fundamental incompleto | () |
| Médio completo | () | Alfabetizado | () |
| Médio incompleto | () | Não alfabetizado | () |

b. Números de membros da família: _____

3. Nome dos filhos, idade; grau de Escolaridade e Principal atividade.

NOME	IDADE	GRAU DE ESCOLARIDADE	PRINCIPAL ATIVIDADE

4. Principal atividade econômica:

- a. Agrícola no imóvel ()
- b. Agrícola fora do imóvel ()
- c. Não agrícola () Qual ? _____

5. Patrimônio:

- a. Área da propriedade: _____ tarefas
() cedida () arrendada () própria () outros . Especificar: _____
- b. Utiliza outras áreas fora da propriedade para produção: Sim () Não () Em caso afirmativo qual é a área em tarefas? _____

5.1. Máquinas, equipamentos e veículos

Especificação	Nº	Ano de fabricação	Estado		
			Bom	Regular	Ruim

5.2. Construções

Item	Especificação	Nº	Idade	Estado		
				Bom	Regular	Ruim
Casa do agricultor						
Galpão						
Instalação elétrica						
Tanque de água						
Cerca de arame						
Outros						

6. Dados da produção rural.

Culturas	Área Cultivada (Tarefas)	Auto Consumo (Kg, t)	Comercialização (Kg, t)	Destino da Produção
Mandioca				
Fumo				
Feijão				
Hortaliças				
Milho				

6.1. Produziu outros produtos nos últimos 5 anos? Quais? _____

6.2. Aquisição de insumos (Últimos 12 meses)

Item	Quantidade	Valor
Mudas		
Sementes		
Aubos		
Inseticidas		
Herbicidas		

6.3 Produção Animal

Especificação	Número de Cabeças	Tipo de alimentação dos animais	Custo mensal com os animais
Bovinos			
Eqüinos			
Caprinos/Ovinos			
Aves			
Abelhas(Colméias)			
Suínos			

7. Mão-de-obra e relações de trabalho

Tipo	Número de pessoas	Horas/dia de trabalho	Salário mensal
Assalariada permanente			
Assalariada temporária			
Membros da família			

8. Padrão de vida.

- a. Quantos membros da família trabalham fora do domicílio; _____
- b. Que atividade exercem fora do domicílio; _____
- c. Recebe bolsa escola para algum filho: () Sim () Não
- d. Quantos na família recebem aposentadoria, pensão alimentícia e outros; _____
- e. Quantos membros da família já precisaram sair da propriedade temporariamente para tentar a vida nos centros urbanos? _____
E definitivamente? _____

8.1. Renda mensal da família por tipo.

Tipo	Renda Mensal
Renda agrícola no estabelecimento	
Renda agrícola fora do estabelecimento	
Prestação de serviço	
Aposentadoria	
Ajuda de parentes que migraram para as grandes cidades	
Total	

8.2. A Renda obtida com a produção agrícola é suficiente para viver?

() sim () vive com dificuldade () não. É insuficiente e tem que complementar

9. Assistência técnica.

- a. Recebe assistência técnica? () Sim () Não Em caso afirmativo, qual o órgão? _____
- b. Que tipo de assistência técnica tem acesso? _____
- c. Quantas visitas são feitas ao ano? _____
- d. Já participou de associação, comitês, sindicatos? _____ Que contribuição recebeu? _____

10. Comercialização.

- a- Recebe orientação durante o período de comercialização? Sim () Não () De quem? _____

Produto	Venda direta ao consumidor (feira)	Intermediários	Forma de pagamento
	Quantidade	Quantidade	

- a. Como a associação de moradores contribui para a melhoria da produção e comercialização dos produtos? _____
- b. Quais as sugestões para melhorar a produção e comercialização? _____

11. Financiamento

- a. Já teve ou tem acesso a programas de crédito? () Sim () Não
- b. Que tipo? _____ Que quantia? _____
- c. Qual o agente financiador? _____
- d. Quais os investimentos que realizou na propriedade nos últimos 5 anos? _____

12. Produtor responsável pelo preenchimento:

Assinatura: _____

Data: ____/____/____